

# **RESOLUÇÕES POLÍTICAS**



# **UNIDADE CLASSISTA**

FILIADA À



## **III CONGRESSO DA UNIDADE CLASSISTA**

## **ETAPA NACIONAL**

**SÃO PAULO – SP**

**18 A 21 DE ABRIL DE 2025**



# UNIDADE CLASSISTA

FILIADA A



## Ficha técnica

Coordenação - Antonio Lima Júnior

Revisão - Gabriel Marques

Diagramação e arte - Antonio Alves

Fotos - Fran Rebelatto e Antonio Alves

**RESOLUÇÕES POLÍTICAS**



FILIADA À 



**III CONGRESSO  
DA UNIDADE CLASSISTA**

**ETAPA NACIONAL**

SÃO PAULO - SP  
18 A 21 DE ABRIL DE 2025



FILIADA A 

**LINKTREE UNIDADE  
CLASSISTA**

Acesse as páginas da Unidade Classista por meio do QR Code abaixo:



 UNIDADE  
CLASSISTA



**CONTRIBUA COM A ORGANIZAÇÃO  
DA LUTA DOS TRABALHADORES  
ATRAVÉS DO PIX NO QR CODE**

**VENHA SE  
ORGANIZAR NA  
UNIDADE CLASSISTA!**

Preencha o formulário por meio do QR Code abaixo e conheça a corrente sindical do PCBI



 UNIDADE  
CLASSISTA

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1: Um resgate histórico: balanço do movimento sindical dos últimos 60 anos</b>	<b>9</b>
<b>1.1 A retomada nos estertores da ditadura empresarial-militar</b>	<b>9</b>
<b>1.2 A emergência do “novo sindicalismo”</b>	<b>9</b>
<b>1.2.1 O CONCLAT de Praia Grande: unidade e divisão</b>	<b>9</b>
<b>1.2.2 A CUT: da “CUT Movimento” à institucionalização</b>	<b>11</b>
<b>1.3 O PCB e o movimento sindical</b>	<b>13</b>
<b>1.3.1 A hegemonia da direita liquidacionista no PCB nos anos 1980</b>	<b>13</b>
<b>1.3.2 Da CGT até a entrada na CUT</b>	<b>14</b>
<b>1.3.2.1 A Unidade Sindical: avanços e limites</b>	<b>14</b>
<b>1.3.3 A reconstrução revolucionária do PCB e suas implicações na atuação sindical do Partido</b>	<b>15</b>
<b>1.3.3.1 Unidade e Luta: a primeira corrente sindical do PCB na reconstrução revolucionária</b>	<b>15</b>
<b>1.3.3.2 A luta contra a social democratização da CUT</b>	<b>15</b>
<b>1.3.3.3 A experiência do Movimento dos Trabalhadores Socialistas (MTS)</b>	<b>16</b>
<b>1.3.3.4 A CONLUTAS e o rompimento do PCB com a CUT em 2006</b>	<b>16</b>
<b>1.3.3.5 A experiência do PCB na Intersindical</b>	<b>17</b>
<b>1.3.3.6 A consolidação da Unidade Classista como corrente sindical independente</b>	<b>18</b>
<b>1.3.3.7 A Unidade Classista</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 2: Perspectivas do Movimento Sindical no Brasil e no mundo no século XXI e a estrutura sindical brasileira: o que existe e o que precisa mudar</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Resgate histórico</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Como se organiza a estrutura sindical no Brasil?</b>	<b>22</b>
<b>2.2.1 A estrutura sindical brasileira: do nascimento nos anos 1930 ao final do século XX</b>	<b>23</b>
<b>2.3 O impacto do avanço do neoliberalismo na estrutura e na ação sindical</b>	<b>24</b>
<b>2.4 As mulheres e as dissidências sexuais e de gênero no movimento sindical e popular</b>	<b>25</b>
<b>2.4.1 Pessoas trans no mercado de trabalho</b>	<b>29</b>
<b>2.4.2 Pessoas com deficiência no mercado de trabalho</b>	<b>30</b>
<b>2.5 A nova fase neoliberal e o capitalismo de plataforma</b>	<b>30</b>
<b>2.5.1 Organização sindical para o(a) trabalhador(a) registrado(a) celetista ou estatutário(a)</b>	<b>33</b>

<b>2.5.2 Organização sindical para os(as) trabalhadores(as) de plataformas Digitais</b>	<b>34</b>
<b>2.5.3 Organização sindical para trabalhadores(as) informais e a “pejotização”</b>	<b>36</b>
<b>2.7 Proporcionalidade nas eleições sindicais: um balanço crítico</b>	<b>39</b>
<b>2.7.1 O contexto histórico</b>	<b>39</b>
<b>2.7.2 Proporcionalidade na eleição sindical: poucas soluções e muitos problemas</b>	<b>40</b>
<b>2.7.3 A direção sindical não tem um programa unitário</b>	<b>40</b>
<b>2.7.4 Fortalece a tendência a autoconstrução de minorias e desestimula a busca da unidade</b>	<b>40</b>
<b>2.7.5 Candidato que “participa mas não entra”</b>	<b>40</b>
<b>2.7.6 A posição da Unidade Classista quanto à proporcionalidade nas eleições sindicais</b>	<b>41</b>
<b>Capítulo 5: Movimento sindical e movimentos populares</b>	<b>43</b>

# APRESENTAÇÃO

A etapa nacional do Congresso da Unidade Classista (UC), corrente sindical do Partido Comunista Brasileiro, ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2025, em São Paulo, e reuniu centenas de camaradas que constroem a luta pelo socialismo em dezoito estados do Brasil. O Congresso mostrou que há um crescimento qualitativo e quantitativo da corrente desde seu último congresso, realizado em 2018, especialmente pela grande diversidade das categorias representadas, como trabalhadores(as) da educação, saúde, previdência, jornalismo, TI, construção civil, serviço público, dentre outras. Em um momento de grave acirramento da luta de classes, o Congresso da UC teve como foco o aprofundamento da análise da conjuntura nacional e internacional, que tem guiado as ações táticas e estratégicas do PCB e da UC, além da reafirmação da necessidade da reorganização da classe trabalhadora, da construção do poder popular e da luta pelo socialismo.

Durante os três dias, os e as camaradas da UC debateram e aprovaram as teses que orientarão a militância nos próximos anos. Os trabalhos começaram no auditório do Sinsprev-SP, contando com a presença de representantes da Federação Sindical Mundial, coletivos do PCB e organizações como MST, Intersindical Central, Resistência/PSOL, MLC, dentre outros. Nos grupos de discussão e nas plenárias subsequentes, foi realizado um amplo balanço da atuação da organização, destacando-se avanços na constituição de comitês de base, na presença em direções sindicais e na participação em lutas, como a greve da educação federal em 2024. O Congresso também abordou temas estratégicos, como a crise do sindicalismo fordista diante da platformização e da

precarização do trabalho, a importância da superação das formas tradicionais de luta, e a centralidade do combate às opressões estruturais, como o patriarcado, o racismo, a LGBTfobia, enquanto dimensões inseparáveis da luta de classes.

As resoluções aprovadas reafirmam o compromisso da UC com a construção de um campo classista no movimento sindical e com a articulação das lutas sindicais e populares rumo ao Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), a defesa dos serviços públicos, a redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução salarial, a revogação das contrarreformas, a organização dos(as) desempregados(as) dentre outras bandeiras de luta. Com uma nova direção nacional eleita – com paridade de gênero –, a UC finaliza este congresso

fortalecida, com a tarefa de protagonizar a reorganização da classe trabalhadora e a construção de uma alternativa socialista à barbárie capitalista.

O III Congresso da Unidade Classista, por fim, reconhece o momento histórico em que sua militância se encontra na elaboração deste documento. As discussões levantadas indicam a necessidade de maior aprofundamento e acúmulos em relação a diversos temas fundamentais para o avanço das lutas da classe trabalhadora. Em especial, destacam-se as questões étnico-raciais, da população LGBT e das pessoas com deficiência e seu caráter de classe. A Unidade Classista se compromete a dar continuidade aos debates dessas questões junto com toda a sua militância, gerando acúmulos para o próximo Congresso.



# UNIDADE CLASSISTA! FUTURO SOCIALISTA!



# **Capítulo 1: Um resgate histórico: balanço do movimento sindical dos últimos 60 anos**

## **1.1 A retomada nos estertores da ditadura empresarial-militar**

1. Em 1º de abril de 1964, o golpe empresarial-militar, promovido pelo imperialismo estadunidense e pela burguesia local, instaura intenso e longo período de repressão e reestruturação produtiva, econômica e financeira, direcionando-se, com grande peso, contra o movimento sindical. As ocupações militares e suas intervenções atingiram cerca de duas mil entidades sindicais em todo o país. Suas direções, muitas delas compostas por militantes do PCB, foram cassadas, presas e exiladas. A desarticulação, a repressão e o controle dos sindicatos foram acompanhados de nova política de arrocho salarial e da lei antigreve nº 4.330.

2. Apesar das duríssimas condições resultantes da repressão ditatorial, a classe trabalhadora brasileira nunca deixou de lutar. De 1964 a 1966, inúmeras categorias vão à greve, com destaque para os sapateiros do RJ em 1964, os metalúrgicos do RJ em 1965 e os canavieiros do Nordeste em 1966. Neste ano, a ditadura empresarial-militar impôs a Lei 5.107 – que acabou com o regime da estabilidade no emprego e criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em 1967, o movimento sindical paulista criou o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA).

3. As lutas grevistas de caráter econômico ganhavam contornos de luta política, visto que desafiavam a legislação de exceção da ditadura. Embora o movimento sindical tenha feito brava resistência, o mesmo sofreu grande declínio durante os primeiros anos de governo militar.

4. Em 1968, aconteceram as mais importantes lutas operárias no período anterior ao AI-5, as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), dois movimentos que representaram, ao mesmo tempo, o ponto mais alto da luta dos trabalhadores contra a ditadura no período e o início de um longo refluxo na luta operária, que se es-

tendeu por cerca de dez anos.

5. Em meio à ditadura, na medida do possível, as lutas dos trabalhadores, que ganharam as mais variadas formas (operação tartaruga, recusa de fazer horas extras, falta organizada ao trabalho, greve por atraso de pagamento etc.), contribuíram de maneira fundamental para a formação da consciência operária. Isto é, dificilmente haveria o êxito histórico das greves do ABC paulista em 1978/79 sem esse longo, difícil e perigoso exercício de rebeldia.

6. As grandes greves do ABC de 1978/79 e 1980 marcaram a reentrada do proletariado (e sua parcela mais avançada: o operariado fabril) na cena política como ator de massas relevante. A greve dos metalúrgicos do ABC desencadeou uma das maiores ondas de greve da história do país. Mais de três milhões de trabalhadores participaram das ações de greves desencadeadas em 15 dos 23 Estados do país.

7. As lutas contra a ditadura estavam na ordem do dia das organizações populares. A década de 1980 foi marcada pelo ascenso do movimento sindical e popular, retomada das batalhas estudantis e das grandes manifestações de massa, expressando uma nova correlação de forças no país.

## **1.2 A emergência do “novo sindicalismo”**

### **1.2.1 O CONCLAT de Praia Grande: unidade e divisão**

8. Em agosto de 1981, na colônia de férias do Sindicato dos Têxteis de SP, em Praia Grande, foi organizada a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que aprovou a formação da comissão para criar a Central Única dos Trabalhadores, a Comissão Pró-CUT. Esta CONCLAT contou com a presença de 1.091 entidades, representadas por 5.036 delegados/as e respaldadas por 12 milhões de trabalhadores/as. No período preparató-

rio da I CONCLAT, entre maio e junho de 1981, foram realizados 12 encontros estaduais das classes trabalhadoras, envolvendo 908 entidades, entre federações, sindicatos rurais e urbanos, associações pré-sindicais e profissionais. Contudo, a unidade não durou muito tempo. Quando da preparação da conferência seguinte, a Comissão se dividiu em duas tendências: uma, liderada pelo PCB, defendia que as condições históricas ainda não estavam dadas para a criação da CUT, enquanto a outra, liderada pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores, afirmava o oposto.

9. O movimento sindical ficou cindido em duas posições: o grupo que seguiu a orientação petista organizou, em 1983, o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernardo do Campo (SP), fundando a CUT no dia 28 de agosto. Por sua vez, o grupo do qual o PCB fazia parte organizou-se em torno da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que, em 1986, se transformou em Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Duas questões centrais dividiam o movimento sindical naquele momento: uma organizativa e outra política.

10. No campo organizativo, enquanto o campo integrado pelo PCB defendia a participação exclusivamente de delegados(as) eleitos(as) em fóruns das entidades sindicais, o campo liderado pelo PT defendia que as oposições sindicais também pudesse participar com delegações. O recém-criado PT tinha muito de sua militância sindical oriunda de articulações de oposições sindicais, organizadas em torno da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais (ANAMPOS), criada em 1979<sup>(1)</sup>; e aglutina-

das no Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), ocorrido em setembro de 1980, em Nova Iguaçu-RJ. Para os sindicalistas do campo integrado pelo PCB, a participação das oposições sindicais representava uma opção pelo paralelismo e pluralismo sindical e criaria uma “CUT da ANAMPOS” e não uma central sindical unitária.

11. No campo político, as divergências não eram menos profundas, embora não transparecessem de forma tão nítida. Enquanto os sindicalistas do campo integrado pelo PCB apostavam na centralidade da luta pela democratização do país e davam importância exagerada à política institucional, por outro lado, o campo liderado pelo PT apostava na construção do que, na época, veio a constituir o chamado “novo sindicalismo”, e que privilegiavam a luta de massas, até com um certo grau de movimentismo grevista, juntamente com segmentos trotskistas e outros ligados à esquerda católica da Teologia da Libertação.

12. O chamado “novo sindicalismo” se organizou em torno de algumas linhas políticas como autonomia, organização pela base ou democracia de base e ação direta ou sindicalismo “combativo”, com forte influência de correntes trotskistas. Setores deste “novo sindicalismo” se espelhavam no sindicato polonês “Solidariedade” como expressão autêntica do caráter da classe operária. Entendiam que a crise do “socialismo real”<sup>(2)</sup> era, na verdade, uma luta revolucionária da classe trabalhadora contra as “burocracias stalinistas” e, posteriormente, que a queda do Muro de Berlim era um triunfo da classe e o início de um ciclo revolucionário mundial. Esta

1 - A primeira fase da organização da ANAMPOS, de 1979 a 1983, se caracterizou pela tentativa de combinar os movimentos populares e sindicais, na construção de uma ampla proposta de Central Única dos Trabalhadores, a quem caberia não apenas as lutas reivindicativas por melhores condições de trabalho, diminuição da jornada e aumento salarial, mas também por políticas sociais. No entanto, com a realização do primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), decidiu-se que a CUT congregaria apenas entidades de caráter sindical, e a articulação dos movimentos populares seguiria sob responsabilidade da ANAMPOS. Assim, de 1983 a 1989, considerada a segunda fase da ANAMPOS, a priorização passou a ser os movimentos urbanos, já com o intuito de criar uma central de movimentos populares. Como desdobramento final, em 1993 foi criada a Central de Movimentos Populares (CMP).

2 - Definimos aqui como “crise do socialismo real” o processo que se inicia com a formação do sindicato anticomunista Solidariedade na Polônia, no início dos anos 1980, e perpassa toda a década de 1980 até a derrocada do Leste Europeu no início dos anos 1990.

leitura profundamente equivocada ainda está presente, por exemplo, em organizações e espaços sindicais hegemonizados ou dirigidos pelo campo trotskista.

13. Há também a influência da “teologia da libertação” e das comunidades eclesiais de base neste “novo sindicalismo”. Aqui a revolução sandinista era o espelho deste movimento. O sujeito aqui é o “povo” e não a classe: o “povo” como um ser autêntico, puro, imaculado na longa caminhada em luta pela sua libertação da modernidade capitalista e seus falsos profetas e ídolos (o dinheiro, o progresso, o desenvolvimento das forças produtivas etc.).

14. Outro traço que atravessa setores deste “novo sindicalismo” é o anticomunismo de esquerda. Infelizmente, o sonho de setores da esquerda coincidia com a direita, na procura de um sindicalismo sem comunistas.

15. O “novo sindicalismo” é (ou foi) uma amálgama de militantes da ex-“esquerda armada”, da teologia da libertação, trotskistas e social-democratas, unidos pela rejeição às concepções e práticas dos Partidos Comunistas (PCs) e das forças políticas trabalhistas que atuavam no movimento sindical até (e ainda durante) a ditadura empresarial-militar. Segundo os defensores do “novo sindicalismo”, o sindicalismo conduzido pelos PCs se caracterizava pelo reformismo, baseado na ideia do etapismo, de colaboração de classe e de ser cupulista. A prática sindical dos comunistas é vista por estes atores como central na constituição do “sindicalismo populista”, pautada pelo reformismo nacionalista, controle das massas, privilégio do Estado como espaço de intervenção.

16. A ideia de organização autônoma, particularmente com relação aos partidos políticos (obviamente, o partido do qual o sindicato deve ser autônomo é fundamentalmente do(s) partido(s) comunista(s)), revela toda uma série de equívocos teóricos, políticos, organizativos e estratégicos desta corrente que deixou uma marca duradoura e despolitizadora no movimento sindical.

17. Há uma ilusão em segmentos deste campo, especialmente nas organizações trotskistas, sobre o caráter espontaneamente revolucionário da classe trabalhadora e que o único problema a ser resolvido é a formação de uma “direção”. Se a classe não avança, é pela formação, no seu interior, de uma “burocracia”, razão pela qual a luta tem que ser orientada prioritariamente para construir “oposições” contra as “direções burocráticas”, secundarizando o papel da burguesia, a ideologia e outras determinações objetivas da luta de classes.

18. Sem dúvida, há críticas formuladas por este campo político que eram e são pertinentes, mas o que conta aqui é a compreensão deste campo político, que divide a história do sindicalismo até as greves do ABC paulista e o “novo” sindicalismo que surge a partir dessas lutas, fazendo desse episódio, sem dúvida muito importante, um momento fundacional, relegando toda a história anterior para o esquecimento, como se tivesse sido um enorme equívoco teórico e político. Não é à toa que este “novo sindicalismo”, em sua já extensa documentação, não faça nenhuma referência, (só para citar dois exemplos) à greve dos 300 mil em São Paulo em 1953 ou à atuação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) nos anos 1960, antes do golpe militar de 1964.

19. Há toda uma série de transformações na base material da sociedade brasileira que contribui para explicar a emergência desta corrente e o declínio da orientação sindical do PCB, sem que isto signifique negligenciar erros interpretativos graves da vanguarda política. Por exemplo, processos de reestruturação produtiva a partir dos anos 1990 e a gestão dos fundos de pensão com a participação de representantes de trabalhadores apoiados por Centrais Sindicais são fundamentais para entender este processo com uma perspectiva de totalidade.

### **1.2.2 A CUT: da “CUT Movimento” à institucionalização**

20. O “novo sindicalismo” criador da CUT foi a conjugação de dois movimentos pa-

ralelos: os “sindicalistas autênticos” e as oposições sindicais. Os chamados sindicalistas autênticos eram dirigentes sindicais identificados com a crítica à estrutura sindical oficial, mas que atuavam dentro dos sindicatos reconhecidos. A maior expressão deste grupo era o então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o Lula.

21. Um dos fatores que garantiu certa unidade no processo de construção da CUT em relação às correntes que a compuseram foi, sem dúvida, a crítica profunda ao modelo sindical imposto pelo Estado às classes trabalhadoras: tanto os sindicalistas “autênticos” quanto as “oposições sindicais” convergiram neste ponto para constituir um bloco forte e coeso, o bloco dos “combativos”.

22. Passados os momentos mais críticos após a criação da CUT, com a divisão orgânica do sindicalismo brasileiro em dois grandes blocos, iniciou-se, dentro da central, um novo processo que perdurou por toda sua história: a disputa pela hegemonia político-ideológica. O momento posterior foi de busca de uma consolidação da central, que nasceu à margem da legislação oficial e, constantemente, burlou as leis de exceção. Com isso, todas as diferenças de formação e concepção sindical entre Oposições Sindicais e os “autênticos”, até então sutilmente escamoteadas, começaram a aparecer com vigorosa força.

23. O II Congresso Nacional da CUT (CONCUT), no Rio de Janeiro, em 1986, teve como destaque a assunção da Central de ideais notadamente anticapitalistas – pelo menos, no nível do discurso –, quando foi aprovado o socialismo como um de seus

objetivos. Representou uma vitória dos campos mais identificados com as teses mais à esquerda da central, mas que não se refletiram numericamente na eleição da nova direção da CUT. Neste CONCUT, ficaram evidentes as grandes divergências existentes entre o bloco dos “autênticos”, de um lado, e o bloco das oposições e demais setores mais à esquerda, de outro. Podemos referir como um fator importante que acirrou e despertou tais divergências a discussão proposta pela tendência majoritária de alterar os estatutos da Central, numa perspectiva de garantir o controle e centralizar as decisões nas suas mãos. Tais propostas de alteração, entretanto, não foram colocadas em votação, uma vez que o campo majoritário percebeu que não seriam aprovadas.<sup>(3)</sup>

## Pode-se afirmar que este CONCUT foi o início de uma disputa ideológica sem trégua

24. Pode-se afirmar que este CONCUT foi o início de uma disputa ideológica sem trégua, que abalou por várias vezes os pilares da Central. Também representou o início de uma ideologização crescente por parte do campo majoritário, originada pelos “autênticos” que não tinham nenhuma vinculação ideológica elaborada. Aqui teve início o processo de social-democratização<sup>(4)</sup> da CUT, processo capitaneado pela Articulação Sindical, que se valeu de uma crescente burocratização como forma de se estabilizar no poder.

25. A partir do III CONCUT (Belo Horizonte, 1988) evidenciou-se a polarização e a divisão da central em dois grandes blocos ideológicos, quando as diferenças históricas das correntes que compuseram a CUT aparecem de forma violenta.

3 - GIANNOTTI, V. e NETO, S. L. CUT ontem e hoje. São Paulo, SP: Vozes, 1991.

4 - ANTUNES, RICARDO; SILVA, J. B. da. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno CRH, 2015.

5 - Ou seja, ao invés da Central ser uma expressão organizada de movimentos de massa pela base (como era o projeto originalmente defendido principalmente pelos grupos mais à esquerda e oposições sindicais) passou a ser uma instituição, com uma estrutura burocrática cada vez mais próxima do sindicalismo oficial que inicialmente combatia.

26. Este CONCUT de 1988 foi um marco para a história da Central. Foi o último congresso de massas, bem como o momento de institucionalização de um novo perfil e projeto para a CUT, que abandonou uma concepção de CUT-movimento para se transformar numa CUT-estrutura<sup>(5)</sup>. Uma característica marcante deste Congresso foi a forte queda do número de delegados de base. No I CONCUT, estes eram 66% dos delegados. Já no II CONCUT, foram 70%. No III CONCUT este número despencou para 51%. O III CONCUT, com a maioria de delegados ligados à Articulação Sindical (ArtSind), aprovou todas as propostas de modificação estatutária defendidas pela ArtSind, com o voto contrário dos delegados vinculados às correntes mais à esquerda.

27. Em 1991, aconteceu o IV Concut, o primeiro em que o PCB participou de forma organizada e elegeu dirigentes para várias CUTs Estaduais e para a CUT Nacional, em aliança com a Articulação Sindical. A pequena bancada de delegados ligados ao PCB foi muito importante para a vitória das teses e da chapa da Articulação, visto que todas as outras correntes internas da Central (Convergência Socialista, CUT Pela Base, Força Socialista e também a Corrente Sindical Classista ligada ao PCdoB, além dos grupos locais mais à esquerda) compuseram a chapa anti-Articulação.

28. As principais polêmicas do IV Concut foram a filiação internacional da CUT e avaliação da participação da CUT na negociação do “pacto social” do governo Collor (aprovada na Executiva da CUT com o voto apenas dos membros da Art-Sind), além dos questionamentos sobre o número de delegados eleitos em vários sindicatos.

29. Com a vantagem do distanciamento temporal, hoje podemos afirmar com certeza que a Articulação Sindical se valeu de manobras burocráticas para reduzir as delegações da oposição (especialmente as ligadas à CUT Pela Base em MG e à Corrente Sindical Classista na BA) para garantir uma estreita maioria numérica no

plenário. Hoje, avaliamos que fizemos uma opção equivocada.

### 1.3 O PCB e o movimento sindical

#### 1.3.1 A hegemonia da direita liquidacionista no PCB nos anos 1980

30. Como sabemos, o período da história do PCB dos anos 1980, entre a anistia e a volta dos exilados até o racha de 1992 com o Partido Popular Socialista (PPS) e o início do processo que chamamos de Reconstrução Revolucionária, foi marcado por uma viragem à direita, promovida pela maioria do Comitê Central do Partido, que implantou no Partido uma política de conciliação de classes, aliança com a burguesia, priorizando a esfera institucional e a conquista do “Estado democrático de direito”<sup>(6)</sup>, menosprezando a luta direta das massas e com uma atuação voltada para as questões institucionais, com a consigna do partido no movimento sindical: “Lutar para negociar, Negociar para mudar”.

31. Em vários momentos, tal orientação política tornou o PCB um autêntico bombeiro da luta de classes, atuando no movimento sindical para refrear greves importantes e montando chapas sindicais com representantes do sindicalismo amarelo e, por vezes, com autênticos pelegos. Exemplos ilustrativos desse quadro são as posições do PCB contrárias à deflagração da greve dos bancários do Rio em 1979 e da greve geral em 1983; e no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, a aliança eleitoral derrotada com o peleguismo contra a CUT em 1988. Este setor do Comitê Central se articulou a partir da segunda metade dos anos 1980 e foi influenciado pelas reformas dos regimes socialistas, que apontavam para a diminuição dos conflitos de classe, numa leitura de mundo íntegro e de desarmamento ideológico, para avançar num processo de desmonte do Partido Comunista, destruição de seus símbolos e descaracterização de suas bandeiras e lutas.

32. Esta política custou muito caro à influência do PCB no movimento sindical neste período. Os(as) trabalhadores(as),

6 - Os próprios documentos oficiais do PCB à época utilizavam esta expressão.

pressionados(as) pela carestia, se encontravam em ambiente propício à radicalização do discurso e das ações, na direção do enfrentamento contra o governo e os patrões, não da conciliação. Daí, o espaço cada vez menor dos comunistas no interior do movimento sindical e nos embates sociais.

### 1.3.2 Da CGT até a entrada na CUT

33. Como situamos anteriormente, a decisão do PCB e do bloco de forças que integrava de não participar da fundação da CUT em 1983 decorria de um elemento organizativo que mascarava uma divergência política de fundo: que papel deveria cumprir a classe trabalhadora na luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas. Assim, enquanto o bloco liderado pelo PT fundava a CUT, o setor que o PCB integrava aglutinou-se em torno da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que, em 1986, se transformou em Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

34. Os comunistas atuavam na CGT tentando torná-la um polo unificador das lutas sindicais, porém as tensões internas se agudizavam. Um novo bloco foi se formando e ganhando peso dentro da CGT, que passou a ser chamado de “sindicalismo de resultados”. Este campo, defensor entusiasmado da economia de mercado, pragmático e anticomunista, divergia tanto do sindicalismo de contestação da CUT quanto dos setores de esquerda que integravam a CGT. Seus nomes de proa eram Antônio Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (que chegou a ser Ministro do Trabalho do governo Collor) e Luís Antonio Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Posteriormente, este setor criou a Força Sindical.

35. A participação do PCB dentro da CGT não se deu sem tensões e questionamentos. Em 1985, no primeiro ano de existê-

cia legal do PCB após a ditadura empresarial-militar (1964-1985), foi convocada uma Conferência Sindical Nacional, que debateria, entre outros pontos, a opção do Partido por uma central sindical. O Comitê Central reformista da época, ao mapear os delegados eleitos nas Conferências Estaduais e constatar que havia risco de ser aprovada a opção pela CUT, decidiu mudar a regra no meio do processo e tornou todos os membros do CC delegados natos plenos.<sup>(7)</sup>

36. Nos cinco anos seguintes, o PCB, já na legalidade, continuou vendo sua influência sindical se reduzindo, com perdas sucessivas de eleições sindicais para chapas ligadas à CUT. Os tensionamentos e questionamentos internos continuaram e se intensificaram. Em vários sindicatos, os militantes do PCB passaram por cima da diretriz nacional e compuseram chapas com forças cutistas.

37. No ano de 1990, os sindicalistas do PCB (que ainda atuavam na CGT) realizaram um Ativo Nacional Sindical na cidade de Praia Grande/SP, onde deram novo rumo à atuação sindical. A mesa do Ativo inicialmente estava sendo coordenada por membros do CC e sindicalistas pró-CGT. Os militantes da plenária do Ativo destituíram a mesa “cegetista”, derrotaram as posições atrasadas que campeavam no Partido e decidiram pela saída da CGT e entrada na CUT. Neste mesmo Ativo, os sindicalistas do PCB decidiram criar a Unidade Sindical como corrente sindical cutista ligada ao PCB.

38. É importante salientar novamente aqui que a crise do campo do “socialismo real” impactou fortemente todo este processo, já que desorganizou política e ideologicamente os militantes do PCB e, por outro lado, empoderou o bloco de forças cutistas.

#### 1.3.2.1 A Unidade Sindical: avanços e limites

7 - O grande problema desta decisão não é que os membros do CC sejam delegados natos à Conferência Nacional, pois isto é tradicional no PCB, até porque estatutariamente a Conferência se submete ao CC. O problema, neste caso, é que inicialmente isso não estava previsto: as normas foram modificadas após a convocação e a realização das Conferências Estaduais.

39. A Unidade Sindical realizou apenas um Encontro Nacional, em 1991, onde aprovou um Caderno de Resoluções que afirmava concepções sindicais organizativas históricas dos comunistas, mas com a política reformista do PCB antes da Reconstrução Revolucionária. Tal hegemonia reformista expressou-se também na composição da Coordenação Nacional eleita, da qual apenas um camarada permaneceu no PCB após o racha com o PPS de 1992: dos demais, vários foram para o PPS e outros ingressaram no PT e na Articulação Sindical.

40. No curto espaço de existência da Unidade Sindical como corrente sindical do PCB, as alianças eleitorais que o PCB passou a fazer nacionalmente com as forças da CUT permitiram que o Partido retomasse a participação em diretorias de vários sindicatos importantes.

41. Enquanto corrente sindical, a intervenção mais importante da Unidade Sindical foi, sem dúvidas, no IV CONCUT de 1991. Além de eleger dirigentes em várias CUTs Estaduais e na CUT Nacional, foi a primeira vez que uma corrente sindical ligada ao PCB apresentou tese ao CONCUT.

42. O racha com o PPS em 1992 teve consequência imediata na Unidade Sindical. A primeira Conferência Sindical do PCB na Reconstrução Revolucionária, ainda em 1992, decidiu que o PCB construiria sua própria tendência sindical, rompendo com a Unidade Sindical do PPS e criando a Unidade e Luta.

### **1.3.3 A reconstrução revolucionária do PCB e suas implicações na atuação sindical do Partido**

#### **1.3.3.1 Unidade e Luta: a primeira corrente sindical do PCB na reconstrução revolucionária**

43. A Unidade e Luta, em sua relativamente curta existência, não conseguiu ter um efetivo funcionamento orgânico. Sua primeira Coordenação Nacional Provisória, de 5 membros, manteve uma dinâmica

de funcionamento irregular, com muita dificuldade de se reunir com a totalidade dos integrantes.

44. Lembremo-nos que este período foi também o momento da luta pela obtenção do registro eleitoral do PCB, com a campanha nacional de filiação ao Partido, atividade que demandou um gigantesco esforço e consumiu, com dedicação praticamente exclusiva, grande parte da militância e a maioria do Comitê Central.

45. Mesmo neste quadro extremamente adverso, a Coordenação Nacional Provisória da Unidade e Luta conseguiu dar conta de três tarefas importantes:

- manter um Boletim Nacional de periodicidade mensal;
- convocar o 1º (que acabou sendo o único) Encontro Nacional da Unidade e Luta em 1993;
- representar o PCB nos fóruns da CUT, assumindo papel de destaque (apesar do peso numérico diminuto) na luta contra a social democratização da Central, em especial na luta contra a filiação da CUT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL).

#### **1.3.3.2 A luta contra a social democratização da CUT**

46. Como já nos referimos no item 28, um tema relevante e polêmico do IV CONCUT foi a filiação da CUT a uma das três centrais sindicais mundiais existentes na época: a CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), a CMT (Confederação Mundial do Trabalho) e a FSM (Federação Sindical Mundial). A CIOSL era uma central sindical internacional pró-capitalista e anticomunista, criada no início da Guerra Fria por uma aliança entre o sindicalismo mafioso estadunidense e o sindicalismo social democrata europeu. A CMT era a central sindical dos “sindicatos cristãos”, ligada ao Vaticano. A FSM, fundada em 3 de outubro de 1945 em Paris, França, seguia a linha do movimento

sindical de classe e luta anticapitalista e anti-imperialista e historicamente dirigida pelos(as) comunistas.

47. No Brasil, o debate se dava numa conjuntura de fortalecimento do capitalismo e de refluxo das lutas revolucionárias no mundo, com profundas mudanças como a crise do socialismo real e a derrota das experiências socialistas do Leste Europeu, junto com a reestruturação produtiva no bojo das mudanças tecnológicas trazidas pela chamada “terceira revolução industrial”.

48. No Brasil, as mudanças citadas e a forte ofensiva ideológica da burguesia fizeram florescer concepções político-sindicais conciliatórias, que abandonaram antigas bandeiras e formas de luta e menosprezaram a própria independência de classe dos(as) trabalhadores(as). Neste quadro, no IV CONCUT, a Articulação Sindical defendeu a filiação da CUT a “uma central sindical internacional”, sem especificar qual. A filiação da CUT à CIOSL só foi aprovada na Plenária Nacional Estatutária da CUT, em 1992.

49. Ressalte-se que o único documento escrito a circular nesta Plenária contrário à filiação da CUT à CIOSL foi elaborado e impresso pela Unidade e Luta, que também fez a principal fala contra a filiação à CIOSL. No 6º Congresso Nacional da CUT, em 1997, o debate da filiação à CIOSL foi retomado e novamente a Unidade e Luta fez a principal fala pela desfiliação da CUT à CIOSL.

### **1.3.3.3 A experiência do Movimento dos Trabalhadores Socialistas (MTS)**

50. O crescente e cada vez mais acirrado combate interno da CUT contra a social democratização da Central aproximou a Unidade e Luta das correntes mais à esquerda no interior da central, com destaque para a Força Socialista, CUT Pela Base e PSTU.

51. A unidade de ação construída por estas forças teve particular impacto no sindica-

lismo da Baixada Santista, região onde o PCB sempre teve e manteve influência na classe trabalhadora. A partir de uma iniciativa nucleada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santos (então dirigido pela Unidade e Luta/PCB), o PSTU propôs, em 1998, a formação de uma “corrente única da esquerda cutista”. Apenas o PCB aderiu a esta iniciativa e foi criado o Movimento dos Trabalhadores Socialistas (MTS).

52. Em pouco mais de um ano, o PCB constatou e concluiu que o projeto original de “corrente única de esquerda” havia soçobrando (por falta de outros parceiros interessados), e que na prática o PCB corria o risco de se tornar sindicalmente um apêndice do PSTU. Em 1999, o PCB decidiu sair do MTS. É importante destacar que, apesar do malogro na tentativa de constituição de uma “tendência” sindical unificada entre PCB e PSTU, a experiência serviu para dissipar algumas impressões negativas e positivas entre as organizações, aprendizados em processos de construção de chapas, atuação em determinadas categorias e ratificação de nossas diferenças táticas e estratégicas, sobretudo em questões relativas à conjuntura internacional.

53. Em setembro de 2001, o PCB decidiu denominar sua corrente sindical de Unidade Classista, naquele momento definida como “corrente sindical política e organicamente ligada ao PCB, formada por sindicalistas e militantes do PCB e que atua na Central Única dos Trabalhadores, nos sindicatos e em oposições sindicais cutistas e tem como objetivo a construção de um movimento sindical de caráter classista”.

### **1.3.3.4 A CONLUTAS e o rompimento do PCB com a CUT em 2006**

54. Em 2004, pouco antes de se iniciarem as conversações para a construção da Intersindical, a corrente sindical ligada ao PSTU e algumas outras correntes romperam com a CUT e passaram a construir outro organismo sindical, a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

55. O caráter heterogêneo da CONLUTAS significava uma nova forma organizativa ainda não compreendida pelo movimento sindical. O PCB, diante desta contradição, decidiu não participar do processo de fundação. Além disso, a criação da CONLUTAS ocorreu a partir de uma certa posição hegemônica do PSTU, que sempre operou de forma vanguardista e unilateral.

56. Em março de 2005, o PCB, em seu XIII Congresso, rompeu definitivamente com as ilusões acerca de aliança com setores “progressistas” de uma pretensa “burguesia nacional”, afirmando categoricamente o caráter classista de sua linha política e o caráter socialista da sua estratégia revolucionária. Neste mesmo Congresso, o PCB decidiu romper com o Governo Lula, por entender que este havia rasgado os compromissos de mudança assumidos na campanha e se rendido à conciliação de classes.

57. Em janeiro de 2006, o PCB realizou Conferência Sindical Nacional, em Praia Grande – SP, onde anunciou o rompimento de sua participação nos fóruns da CUT, por entender que esta entidade havia se tornado um braço sindical do governo petista, passando a promover o apassivamento da classe trabalhadora e a retenção da luta de classes.

58. A partir daí, o PCB passou a dedicar-se à construção da Intersindical – Instrumento de Organização e Luta da Classe Trabalhadora – juntamente a outros setores sindicais que romperam com a CUT no 9º Congresso Nacional da Central, no mesmo ano de 2006. Em 2008, estávamos na direção da Intersindical; fizemos uma plenária da militância sindical na quadra dos bancários, onde ocorreu o racha do campo original da Intersindical.

### **1.3.3.5 A experiência do PCB na Intersindical**

59. No seu Manifesto de Fundação, a In-

tersindical Instrumento afirmava: “a construção da Intersindical tem por objetivo organizar e mobilizar os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e da cidade para o enfrentamento de classe. (...) na diversidade, construir a unidade daqueles/daquelas que não se renderam à conciliação de classes e que reafirmam a necessidade de construir um sindicalismo autônomo e independente dos patrões, dos governos e dos partidos e que faça de suas ações cotidianas a busca por uma sociedade socialista”. Participaram da fundação da Intersindical em 2006 o PCB, a ASS<sup>(9)</sup>, algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e algumas correntes anarquistas.

60. A compreensão dos comunistas do PCB partia do entendimento de que a reorganização da classe trabalhadora não seria produto de uma unidade artificial ou superficial, que priorizasse o encontro de cúpula entre organizações, mas sim através de uma unidade construída nas lutas e nas bases do movimento, onde buscara também abrir diálogo e trazer para a construção deste novo espaço, setores ainda dispersos ou atuando nos marcos da CUT. O PCB partia da compreensão de que uma nova central não surgiria a partir da reunião de representações de organizações, mas sim através de um movimento real, de unidade e luta, de mobilizações e de ações concretas.

61. Por mais que possuísse um conjunto de divergências, em nenhum momento o PCB deixou de incentivar a construção de unidade na luta entre a Intersindical e a Conlutas. Contudo, a ação da Conlutas, objetivando acelerar a discussão e o processo de construção de uma central única do campo classista, incidiu sobre a unidade interna dentro da própria Intersindical.

62. Em 2008, no II Encontro Nacional da Intersindical em São Paulo, após um profundo debate sobre a pertinência ou não de se criar uma Central Sindical naquele mo-

9 - Alternativa Sindical Socialista – Organização sindical petista que, à época da fundação da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, congregava correntes petistas críticas à linha governista da CUT, central com a qual rompeu em 2005.

mento, precipitou-se uma fissura, tendo como questão central a continuidade da Intersindical ou a unificação com a Conlutas. Correntes do PSOL optaram pela unificação com a Conlutas, o que redundou na convocação de um Congresso, em junho de 2010, na cidade de Santos, chamado de CONCLAT.

63. A pretendida unificação neste CONCLAT não foi bem-sucedida: o CONCLAT acabou gerando dois espaços novos, ao contrário do prometido pela Conlutas e almejado pelas correntes do PSOL. O resultado foi a construção da Central Sindical e Popular – Coordenação de Lutas (CSP – Conlutas), composta pelo PSTU e algumas outras correntes então no PSOL; e a Intersindical Movimento Por Uma Central Sindical, composta por diversas correntes do PSOL que não voltariam ao campo original da Intersindical e parte das correntes que compunham a atual Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, também composta por diversas correntes do PSOL que não voltariam ao campo original da Intersindical.

64. Desta forma, a partir de junho de 2010, em vez de se constituir uma unidade dos setores sindicais classistas, ocorreu uma pulverização dos espaços, com a consolidação de três campos: a CSP – Conlutas, a Intersindical Instrumento de Organização e Luta da Classe Trabalhadora e a Intersindical Movimento Por Uma Central Sindical (esta posteriormente se tornou Intersindical Central).

65. O PCB resolveu por continuar construindo a Intersindical Instrumento de Organização e Luta da Classe Trabalhadora, buscando influenciar a reaproximação

do campo original da Intersindical como passo importante para avançar no fortalecimento da unidade.

66. Entretanto, ao constatar que setores importantes da Intersindical Instrumento não trabalhavam em prol da unidade, o PCB decidiu, em 2011 que, enquanto comunistas que desejam e compreendem que a unidade é um fator central no movimento sindical, e que a unidade deve ser pavimentada em bases classistas, a melhor opção seria se afastar da Intersindical, mantendo a relação de diálogo com todos os setores classistas do movimento sindical.

#### **1.3.3.6 A consolidação da Unidade Classista como corrente sindical independente**

## **O Comitê Central do PCB, reunido em São Paulo em 10 de junho de 2012, decidiu “formalizar, institucionalizar e fortalecer” nossa corrente sindical Unidade Classista**

dical nacional.

68. Com este intuito, o Comitê Central do PCB, reunido em São Paulo em 10 de junho de 2012, decidiu “formalizar, institucionalizar e fortalecer nossa corrente sindical Unidade Classista; tornar a Unidade Classista independente em relação a qualquer articulação intersindical hoje existente; e tratar as duas atuais Intersindicais como parceiras nas mesmas condições, sem

vínculos orgânicos com qualquer delas, interagindo também com outras correntes classistas com vistas à unidade de ação”.

69. Dando consequência prática ao re-alinhamento sindical, foi realizado, em novembro de 2012, no Rio de Janeiro, o I Congresso da Unidade Classista. Em abril/maio de 2018, a Unidade Classista realizou seu II Congresso Nacional, em Fortaleza. Em abril de 2025, a Unidade Classista realizou seu III Congresso Nacional em São Paulo.

### **1.3.3.7 A Unidade Classista**

70. A Unidade Classista é a corrente sindical e operária do Partido Comunista Brasileiro – PCB, integrada por operários/as, trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e da floresta, e da cidade, com vínculo formal, informal e por desempregados(as), que têm no movimento sindical seu principal espaço de atuação e luta.

71. Considerando que o movimento sindical, apesar dos retrocessos e das políticas de conciliação realizadas pela maioria das centrais sindicais, ainda é o principal espaço onde se agudizam e escancaram as contradições da luta de classes (capital x trabalho), devemos, por meio do fortalecimento da Unidade Classista, retomar a cultura sindical do Partido e desenvolvê-la com a devida centralidade.

72. A Unidade Classista deve atuar no sentido contrário à oposição entre carreiras típicas de Estado e carreiras não típicas de Estado. Junto à luta pela elaboração de planos de carreira específicos para cada categoria, a oposição mencionada favorece a fragmentação da luta. Isso implica lutar contra a divisão de direitos entre ativos(as) e aposentados(as), assim como contra a elitização do serviço público, que objetiva extinguir cargos de nível médio e auxiliar, que permitem acesso a um emprego com estabilidade e garantias trabalhistas à grande maioria da população brasileira.

73. A Unidade Classista deve atuar pela articulação da luta de servidores e empregados públicos com as/os trabalhadoras/es de empresas terceirizadas que atuam nos órgãos e repartições públicas, tendo em vista que a terceirização é um mecanismo central na precarização do serviço público. Esse processo se articula, no entanto, sem abandonar as lutas de fortalecimento do serviço público.

74. A Unidade Classista continuará atuando na base dos sindicatos que sejam representativos das suas respectivas categorias, independente de filiação a qualquer Central Sindical, mas isso não significa a menor concessão ou composição de chapas com direções sindicais a serviço do capital.



# DIREITOS SE DEFENDEM! GOVERNE QUEM GOVERNE!



# **Capítulo 2: Perspectivas do Movimento Sindical no Brasil e no mundo no século XXI e a estrutura sindical brasileira: o que existe e o que precisa mudar**

## **2.1 Resgate histórico**

75. No ano de 1864, foi fundada a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), conhecida como 1ª Internacional, por um conjunto importante de sindicatos da Europa e dos EUA, com Marx, integrando o Conselho Geral, em representação dos sindicatos da Alemanha. Nesta época, quando ainda vigorava o capitalismo concorrencial, não havia diferenciação entre a prática sindical e a prática política entre os trabalhadores. Por isso, a organização dos trabalhadores era tanto política quanto sindical.

76. A Revolução Mexicana foi um movimento armado que buscava reformas sociais e a criação de um governo popular para acabar com as desigualdades sociais, no México. Liderada por figuras como Emiliano Zapata e Pancho Villa, a revolução resultou na promulgação da Constituição Mexicana de 1917, que garantiu direitos importantes aos trabalhadores. A luta por reformas agrárias e direitos trabalhistas no México serviu de exemplo para os movimentos sindicais brasileiros, que buscavam melhorias nas condições de trabalho e maior participação política.

77. A Revolução Russa teve um impacto profundo na organização dos(as) trabalhadores(as) e na disseminação das ideias marxistas no Brasil. A revolução mostrou a possibilidade de construção do poder da classe trabalhadora por meio de uma revolução e a importância da centralização da classe em mecanismos organizativos. No Brasil, a influência da Revolução Russa foi evidente no fortalecimento de sindicatos e na luta por direitos trabalhistas e sociais.

78. Já na fase imperialista, dos grandes monopólios, da exportação de capitais, da fusão entre capital industrial e bancário

e das guerras pela partilha dos recursos e mercados do planeta a partir no último quartel do século XIX, começaram a surgir os grandes partidos políticos dos trabalhadores, como os partidos socialistas e social-democratas. No início do século XX, ocorreu a cisão entre a ala oportunista e a ala revolucionária da social-democracia, quando esta segunda criou os Partidos Comunistas e, logo em seguida, a Internacional Comunista.

79. Com o surgimento dos partidos políticos operários de massas, aconteceu uma diferenciação funcional entre o partido e o sindicato: “unidade sem identidade”, e não uma separação, ou divisão, como os liberais, no campo da direita, e os autonomistas, no campo da “esquerda”, defendem. Isso é importante no debate sobre a independência de classe dos sindicatos. O conceito de autonomia e independência de classe não deve ser entendido como separação, divisão e, menos ainda, como antagonismo entre as esferas política e econômica da práxis da classe trabalhadora, mas como unidade sem identidade.

80. Isso quer dizer que a classe se organiza tanto em sindicato, com ênfase na esfera econômica, quanto em partido político, com ênfase na esfera política, sem que isso signifique que sindicato e partido sejam a mesma coisa, nem que haja exclusividade de atuação em uma ou outra esfera. Ou seja, não há identidade, mas ao mesmo tempo, há uma unidade entre o partido da classe trabalhadora e sua organização sindical, social ou popular.

81. Assim, desde aquela época, entendemos que os sindicatos são organizações que têm por objetivo imediato a defesa dos interesses corporativos de uma categoria de trabalhadores(as), ou de algum segmento patronal, no caso dos sindicatos patronais. Nossa análise aqui irá se

circunscrever aos sindicatos das(os) trabalhadoras(es).

82. Os sindicatos são importantes instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora. Sua natureza, dentro da perspectiva da institucionalidade burguesa, é eminentemente corporativa, fazendo com que predominem, em sua ação, as demandas econômicas mais imediatas das categorias representadas. Na atuação de um sindicato de trabalhadoras(es), as lutas por salários e condições de trabalho são as mais visíveis. A campanha salarial e a convenção coletiva são seus expoentes, mas também a defesa jurídica das(os) trabalhadoras(es) em caso de demissões, assédios, discriminações etc. fazem parte do papel da organização.

83. Diante dessas responsabilidades, o sindicato traz consigo uma outra característica fundamental: a educação política do(a) trabalhador(a). Para os(as) comunistas e demais correntes sindicais classistas e revolucionárias, os enfrentamentos do campo econômico, travados por um sindicato, devem ser encarados como processos pedagógicos de educação dos(as) trabalhadores(as) para a luta de classes. Nos sindicatos, os comunistas, de acordo com Lênin, devem lutar para desenvolver o nível de organização e de consciência da classe trabalhadora e contribuir para que a mobilização e os enfrentamentos com o patronato sejam lições para a luta revolucionária.

84. A Unidade Classista defende que o sindicato de trabalhadores(as) deve ser entendido como instrumento para se dar um passo à frente no objetivo de conscientização sobre o caráter de classe do

Estado capitalista, o que chamamos de sindicalismo classista. Em contraposição a esta concepção, há setores do sindicalismo (hoje hegemônicos no movimento sindical brasileiro) que praticam uma visão sindical de “parceria conflitiva entre o capital e o trabalho”, o que, no final das contas, faz com que os sindicatos dirigidos por esta concepção atuem como meios departamentos da institucionalidade administrativa do Estado burguês. Além da atuação dentro dos sindicatos formalizados, devemos também atuar na organização e no trabalho de base com os(as) trabalhadores(as) precarizados(as) e informais: trabalhadores(as) de aplicativos, informais, MEI, “empreendedores(as)” PJ, terceirizados(as), inclusive no serviço público, trabalhadores(as) sujeitos(as) a trabalho análogo à escravidão e trabalhadoras(es) do sexo.

## **2.2 Como se organiza a estrutura sindical no Brasil?**

### **Os comunistas, de acordo com Lênin, devem lutar para desenvolver o nível de organização e de consciência da classe trabalhadora**

85. No Brasil, desde os anos 1930, por meio da estrutura sindical implantada pelo getulismo, os sindicatos são organizações de base de sistema único de representação por categoria e, em sua maioria, de âmbito municipal. Entretanto, existem também sindicatos estaduais e nacionais.

86. Apesar de não integrar a estrutura do Estado, no Brasil a criação de um sindicato depende da carta sindical fornecida pelo Ministério do Trabalho para que, então, seja reconhecido legalmente como representante da categoria profissional. Porém, esse fato não exclui o sindicato de integrar a esfera da sociedade civil.

87. Com abrangência estadual e/ou re-

gional englobando alguns sindicatos da mesma categoria, encontramos as federações responsáveis por articular as entidades de base. E, seguindo a mesma hierarquização, ou seja, englobando as federações da categoria, existem as confederações, cuja amplitude é nacional.

88. Mais ampla que os sindicatos, federações e confederações que se vinculam às categorias profissionais, há as Centrais, que são compostas por sindicatos de todas as categorias. Elas são de âmbito nacional e têm, ou deveriam ter, por objetivo, a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

89. Existe também o Sindicato Único com uma estrutura organizativa horizontalizada que a Justiça do Trabalho resiste em reconhecer. O ANDES-SN, por exemplo, está sendo desmembrado juridicamente, como se fosse uma federação; já perdeu a representação no Estado de Santa Catarina e está ameaçado em Goiás.

90. Como já assinalamos em tópico anterior, a realidade brasileira é que a maioria das dez centrais sindicais existentes opera na lógica do sindicalismo da conciliação de classes, enquanto que o campo clássico do movimento sindical brasileiro se encontra fragmentado e possui diminuta inserção na classe trabalhadora.

## **2.2.1 A estrutura sindical brasileira: do nascimento nos anos 1930 ao final do século XX**

91. A estrutura sindical no Brasil, em especial a partir dos anos de 1930, se organizou de acordo com a lógica fordista do método de produção. Ou seja, com as mudanças estruturais ocorridas após a Revolução de 1930, o mundo do trabalho sofreu significativas transformações que impuseram a intensificação da produção em menor tempo possível e a fragmentação do processo produtivo. A linha de montagem impôs ao trabalhador, ainda mais, sua subordinação ao tempo ditado pelo ritmo da máquina.

92. O fordismo, ao reforçar a divisão por categorias profissionais, concentrou grandes massas de trabalhadores(as) no mesmo espaço de produção. Nessas condições, a solidariedade e a consciência de classe se constituíram, para a ação sindical, importante liga política na luta de classes no século XX, o que transformou essa entidade em poderoso instrumento de pressão da classe trabalhadora em prol de seus interesses.

93. A partir dos anos 1950, quando ocorre a expansão do setor industrial, os sindicatos ganham ainda mais importância política. Dessa conjuntura em diante, os(as) trabalhadores(as) urbanos(as) entram de vez na vida nacional, principalmente por meio dos sindicatos.

94. Não podemos deixar de reforçar que, para o fordismo, o(a) trabalhador(a) era visto, também, como consumidor(a). Foi com esse entendimento que se aumentou a massa salarial, principalmente do operariado industrial, base importante de sustentação desse método de produção. Mas devemos considerar que, apesar da elevação da massa salarial, o outro lado dessa moeda é a ampliação do grau de exploração e subordinação do(a) trabalhador(a) ao capital.

95. Quando o fordismo estabelece a produção em larga escala e o(a) trabalhador(a) como consumidor(a) potencial, ele costura, nessa lógica, uma espécie de aliança tácita entre capital e trabalho, colocando o sindicato como peça importante dessa engrenagem. Isto é, como já foi dito, o sindicato passa a se constituir como mediador político central desse processo.

96. A ferramenta de organização e de luta dos trabalhadores, diante disso, passa a atuar de acordo com a lógica do regime do capital – e não na perspectiva da limitação da exploração e contribuir para abolir, definitivamente, a relação de trabalho assalariado. Isto ficou mais evidente no sindicalismo dos países capitalistas centrais, onde o pacto fordista foi a base objetiva da política da social-democracia

europeia no pós 2ª Guerra Mundial e, em certa medida, das políticas do New Deal estadunidense.

97. Entretanto, deve ser avaliado cuidadosamente o fordismo no contexto brasileiro, numa economia periférica e dependente, que convive historicamente com altos níveis de desemprego e emprego informal, setores estes de baixa composição orgânica do capital e, portanto, de baixíssima produtividade. O fordismo brasileiro é um fordismo sem Estado de Bem Estar e, portanto, sem consumo de massas.

98. A Constituição de 1988 pode ser vista como uma tentativa contraditória de ampliar direitos sociais em um momento de ascensão do neoliberalismo no mundo. Longe de consolidar um Estado de Bem-Estar, o que se materializou foi um Estado que combina assistência mínima e repressão para os trabalhadores, com amplos benefícios e incentivos ao capital. Essa configuração evidencia a natureza de classe do Estado burguês e a necessidade da luta permanente para a efetivação dos direitos sociais, sem ilusões sobre sua estabilidade no capitalismo.

### **2.3 O impacto do avanço do neoliberalismo na estrutura e na ação sindical**

99. No Brasil, o protagonismo do movimento sindical durou até meados dos anos 1990, quando as mudanças no método de produção começaram a ser sentidas. O avanço tecnológico das últimas três décadas do século XX levaram tanto o método fordista de produção quanto a estrutura sindical a serem postos em xeque. A hierarquia imposta pelo fordismo gradativamente foi substituída por uma forma de organização produtiva mais horizontalizada como, por exemplo, o toyotismo.

100. Nessa conjuntura, com a aceleração e fragmentação da produção em escala mundial, o capital tornou-se cada vez mais abrangente e difícil de ser controlado. Por outro lado, a força de tra-

lho encontra-se igualmente fragmentada, porém, presa ao território nacional, e se vê submetida ao poder de um Estado burguês, que no Brasil atualmente opera sob a lógica neoliberal, a qual tem como um de seus pilares centrais a destruição dos mecanismos estatais de proteção do trabalho, institucionalização de ferramentas de precarização do trabalho e o desmantelamento da organização dos trabalhadores. Os(as) militantes da União Classista devem defender a política de organizar os(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) e informais no sindicato mais próximo às suas respectivas áreas de atuação.

101. A implantação das políticas neoliberais a partir da última década do século XX, cujo objetivo era atender às exigências impostas pela nova forma de reprodução do capital, marcou o início de um período de perda da centralidade política dos sindicatos.

102. As políticas neoliberais enfrentaram uma forte resistência sindical, como foi no Brasil, com a greve dos(as) petroleiros(as) em 1995, que durou 32 dias, durante o Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O neoliberalismo busca desmantelar a estrutura sindical porque precisa de uma outra (ou nenhuma) estrutura sindical. Assim ocorreu no Chile, na Inglaterra com a greve dos mineiros, nos EUA com a greve dos controladores do tráfego aéreo.

103. Portanto, na hora de propor uma outra estrutura sindical, temos que elaborar criteriosamente a proposta para não facilitar as expropriações do atual ciclo do capital e as novas formas de extração e apropriação da mais-valia.

104. É importante constatar que este declínio da importância política do movimento sindical é resultado de um processo histórico que se manifesta em duas frentes distintas, mas conectadas: de um lado, as transformações objetivas na organização da produção capitalista; por outro lado, a rendição ideológica da maioria do movi-

mento sindical brasileiro, do qual o processo acelerado de social democratização da CUT é o caso mais emblemático.

105. Com efeito, o que assistimos no final do século XX foi, pelo lado do capital, a ofensiva avassaladora da reestruturação produtiva, com a implantação de novas formas de organização da produção e do trabalho tais como Qualidade Total, automação flexível e produção sob demanda; pelo lado do trabalho, a maioria do movimento sindical brasileiro abrindo mão de uma perspectiva anticapitalista, demonstrando uma absoluta incapacidade de travar a luta ideológica contra a reestruturação produtiva do capital e limitando-se a ser um negociador do preço da força de trabalho.

106. Temos que levar em consideração, na hora de avaliar a estrutura e organização do movimento sindical, a crise da estratégia democrático popular. A estratégia democrático popular consiste na realização de mudanças graduais, incrementais, por dentro da ordem visando à ampliação da esfera pública e dos direitos sociais, na forma de “guerra de posições”. Esta estratégia não está localizada apenas no PT, mas espalhada como senso comum em amplos setores do movimento sindical, popular e da esquerda. Na verdade, a guerra de posições foi interpretada (e praticada) durante o primeiro ciclo do “progressismo” como ocupação das estruturas sindicais, sociais e estatais, e não como luta pela direção moral e intelectual da classe.

107. Há um vetor de análise que faz parte da nossa tradição teórica que é a questão da formação de ainda uma “aristocracia operária” no movimento sindical, e esta “aristocracia” pode contribuir para explicar a questão das dificuldades da estrutura sindical existente para atender aos objetivos de defesa dos interesses da classe.

108. Devemos defender que, tanto o que chamam de “velha” como o que chamam de “nova” classe trabalhadora, pertencem ao conjunto daqueles(as) que, por não serem detentores(as) dos meios de produção, precisam vender sua força de trabalho, o proletariado. Seja uma venda de força de trabalho com maior garantia de direitos ou uma venda de força de trabalho em condições mais precárias, sem desconsiderar as determinações particulares da nova morfologia do trabalho.

109. Finalmente, acrescentamos que há também um conceito que ajuda a compreender a situação estrutural da classe trabalhadora, que é o conceito de “subsunção real do trabalho ao capital”. Podemos pensar o neoliberalismo para além da passagem do fordismo ao toyotismo, e dizer que estas políticas apontam para a passagem da subsunção formal para o aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital em escala mundial. As expropriações de terras, territórios, fundos públicos e até a subjetividade do trabalhador (na forma de dados que se comercializam como mercadorias) e, também, a determinação e exploração de expressões da personalidade do trabalhador (por exemplo, pelo uso e manipulação de dados como mercadoria) fazem parte deste processo.

#### **2.4 As mulheres e as dissidências sexuais e de gênero no movimento sindical e popular<sup>(10)</sup>**

110. A inserção das mulheres e de pessoas dissidentes nos movimentos sindicais, populares e nos espaços políticos em geral é um tema de crucial importância para a compreensão das dinâmicas de opressão e exploração dentro da sociedade capitalista. Sua presença nesses espaços está diretamente ligada à forma como elas experienciam e enfrentam as diversas formas de opressão em um sistema que

10 - A categoria dissidência sexual parte da evidência de processos de opressões hierarquizadas na sociabilidade exploratória capitalista e como são operadas as mesmas no que se refere às divisões social e sexual do trabalho, em especial no que se refere a diferentes formas de sexualidade compreendidas na categoria de diversidade sexual e o que ela comporta, abarcando as lutas das(os) LGBTs e uma crítica à heteronormatividade e à heterocentricidade. É uma categoria utilizada em documentos internacionais de frentes nas quais atuamos, em especial na América Latina.

historicamente tem relegado mulheres ao âmbito privado e às atividades reprodutivas, quando possível. A partir de uma perspectiva feminista classista, compreendemos que as mulheres e as pessoas dissidentes sofrem mais profundamente os efeitos de todas as opressões, mas que a relação capital-trabalho continua sendo a principal contradição que atravessa suas vidas.

111. Historicamente são os homens cis, brancos, sem deficiência (ou seja, pessoas não dissidentes) que ocupam os espaços públicos, ou seja, as atividades entendidas como produtivas, enquanto as mulheres e pessoas dissidentes são condicionadas a dedicarem seu trabalho à vida privada e às atividades domésticas, entendidas como atividades reprodutivas e sexuais. É aquilo que chamamos de divisão de gênero do trabalho, uma questão estrutural e essencial para o funcionamento da sociedade capitalista, que se utiliza do patriarcado e do machismo para explorar ainda mais essas pessoas. Por isso, é importante entender como essa estrutura funciona para segregar e apartar as mulheres e pessoas dissidentes da vida pública e, portanto, dos espaços políticos, ainda que há muito tempo já estejam ativas no mercado de trabalho e nas atividades produtivas.

112. Dentro desse escopo ainda ocorre nos dias de hoje a guetificação ocupacional, ou seja, quando essas trabalhadoras ocupam o mercado de trabalho, em especial na área privada, geralmente estão nos postos mais precarizados, mais explorados, mais mal remunerados, estando inseridas em funções de meio período, o que remete também à discussão do trabalho de cuidado não remunerado, que é invisível por não ser produtivo, mas que é essencial, pois é o que garante a reprodução da força de trabalho de todas as pessoas.

113. No serviço público, o ingresso por meio de concursos gera uma falsa garantia de igualdade entre os gêneros, uma vez que os cargos ocupados pelas mulheres são majoritariamente aqueles designados a

elas pela divisão de gênero do trabalho, por exemplo, os trabalhos de cuidado na educação, na saúde e na assistência social, e por isso têm os menores salários e as piores condições de trabalho. E, mesmo nessas áreas onde mulheres são maioria, os cargos de liderança costumam ser ocupados por homens.

114. Além disso, as pessoas trabalhadoras do serviço público são frequentemente sobreexigidas com jornadas duplas ou triplas, múltiplas jornadas que combinam o trabalho remunerado com o não remunerado, e são frequentemente excluídas de espaços decisórios importantes. Ou seja, a lógica patriarcal e capitalista que organiza o trabalho e perpetua sua exploração em diferentes formas afeta ainda mais essas mulheres e pessoas dissidentes, seja pela falta de políticas de suporte para direitos reprodutivos e maternidade, pelo assédio moral e sexual ou pela invisibilização de suas demandas no ambiente de trabalho.

115. Outro aspecto crítico da opressão de gênero em nossa sociedade é o feminicídio, uma expressão extrema da violência patriarcal contra as mulheres. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 apontam que a violência contra a mulher cresceu no país em 2023, com o número de feminicídios aumentando em 0,8% em relação ao ano anterior, totalizando 1.467 mortes motivadas por razões de gênero, o maior registro desde a tipificação desse crime em 2015.

116. Além disso, houve crescimento significativo em outros tipos de violência de gênero, como agressões em contexto doméstico (9,8%), ameaças (16,5%), perseguição/stalking (34,5%), violência psicológica (33,8%) e estupros (6,5%).

117. Esses dados demonstram a persistência e intensificação da violência estrutural contra as mulheres, evidenciando a necessidade de um combate contínuo e sistemático a essas práticas, não apenas no campo das políticas públicas, mas também nas lutas sindicais e populares, com

o objetivo de garantir a segurança e a vida das mulheres trabalhadoras.

118. As mulheres negras, em particular, enfrentam formas agravadas de opressão, que combinam racismo e sexism. Segundo o mesmo documento, cerca de 64% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras, revelando que a violência de gênero se manifesta de maneira ainda mais brutal contra essas mulheres. A interseção entre o racismo estrutural e a desigualdade de gênero coloca as mulheres negras em uma posição de vulnerabilidade exacerbada, tanto na esfera privada quanto no espaço público.

119. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2024, o Brasil tem cerca de 38% de sua população em trabalhos informais.

Ou seja, quase metade da população em idade produtiva não é protegida por legislação trabalhista alguma: informais e precarizados(as) não se aposentam, não podem adoecer, não têm férias ou décimo terceiro, não deixam pensão a seus dependentes. E, no caso das mulheres, a situação é ainda mais cruel: em caso de violência doméstica e de ausência do trabalho, estão absolutamente desamparadas.

120. Neste cenário, as trabalhadoras domésticas representam uma parte significativa da força de trabalho brasileira no emprego informal e estão entre os grupos de trabalhadoras mais vulneráveis: 92% desses cargos são ocupados por mulheres e, entre elas, 68% são negras. Apesar de o país ter avançado no que diz respeito à legislação trabalhista, quando aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas, em 2013, a informalidade no setor tem crescido ano a ano.

121. Em resumo, as mulheres negras morrem mais e ocupam a maioria dos postos de trabalho informal no Brasil. Estes dois fatos, quando analisados conjuntamente, demonstram que é imperioso analisarmos a questão da raça sempre que analisarmos as questões de gênero.

122. É necessário entender que a desigualdade entre os gêneros é uma característica estrutural do capitalismo, e que não pode ser superada neste modo de produção. Porém, cabe a nós denunciar e lutar para garantir direitos que aproximem da igualdade entre os gêneros, diminuindo assim a carga de opressão que recai sobre as mulheres para que elas possam estar cada vez mais presentes nos espaços políticos e protagonizando a luta por uma nova sociedade.

## **Em resumo, as mulheres negras morrem mais e ocupam a maioria dos postos de trabalho informal no Brasil.**

123. O controle dos direitos reprodutivos é uma ferramenta de opressão que mantém a exploração da classe trabalhadora. O sistema impõe barreiras ao aborto, restringe o acesso a métodos contraceptivos, restringe a educação sexual nas escolas e precariza a saúde pública, forçando a gestação e a maternagem não planejadas e à dependência econômica. No capitalismo, a reprodução é controlada para garantir a continuidade da força de trabalho e manter a exploração. O sistema capitalista depende de uma massa de trabalhadores(as) para sustentar a produção e a mais valia, e as mulheres são historicamente impostas a cumprir o papel de cuidadoras.

124. Ao restringir o acesso ao aborto, dificultar a contracepção e impor a reprodução como destino, o capitalismo garante um fluxo contínuo de novos(as) trabalhadores(as). Por isso, o controle dos corpos não é apenas uma questão moral ou religiosa, mas uma estratégia econômica que reforça a exploração da classe tra-

lhadora.

125. A reprodução social do trabalho existe como consequência da divisão sexual da sociedade burguesa. Nesse sentido, em uma análise materialista histórico dialética da sociedade podemos perceber que ficam delegadas às mulheres cis e trans, as funções de tarefas domésticas, de cuidados majoritários aos/às filhos/as, idosos(as) e demais dependentes, e de questões de cuidados domésticos envolvendo os homens da família (sejam pais, companheiros, irmãos etc).

126. Esta é uma organização essencial, dentro da lógica capitalista, para a manutenção da força de trabalho. Isto resulta em que, como trabalhadoras, as mulheres cis e trans não se livraram de toda esta responsabilidade, mas acumularam jornadas de trabalho, remunerado e não remunerado, sem qualquer tempo livre que possibilite o descanso, o lazer, as atividades criativas e a participação política na sociedade.

127. Nesse cenário, urge para comunistas o reconhecimento do trabalho de reprodução social para além da teoria, entendendo que são essas condições, inseridas também numa sociedade opressora, que organicamente rebaixa mulheres e pessoas dissidentes a tarefas ou pautas secundárias. Precisamos criar condições concretas para o recrutamento de mulheres e pessoas dissidentes trabalhadoras desde as bases; e, tão importante quanto, possibilitar, com medidas reais e objetivas, a permanência dessas pessoas nas diversas instâncias da luta organizada – considerando a luta de classes diária na qual as mulheres estão historicamente inseridas.

128. Essas condições devem estar atreladas à realidade concreta da luta de classes, para evitar que as mulheres ocupem na militância, nos movimentos sindicais e populares apenas demandas que tenham relação direta e específica com o gênero.

129. As mulheres trans e travestis enfrentam diversas formas de violência e opressão, inclusive dentro de espaços progressistas. Sua experiência está diretamente ligada à luta de classes, uma vez que a discriminação no mercado de trabalho, no sistema de saúde, na educação e nas instituições governamentais as coloca em situações de extrema vulnerabilidade e desamparo, tornando-as suscetíveis a diferentes formas de agressão – física, sexual e institucional. É fundamental garantir seu acolhimento nos espaços de luta de classes e incorporar suas demandas específicas à luta coletiva.

130. No contexto de uma sociedade capitalista que explora homens e superexplora mulheres e pessoas dissidentes, onde a lógica da divisão sexual e de gênero do trabalho permanece e é até acentuada em algumas categorias entendidas como “femininas” (trabalhos de cuidado, por exemplo), precisamos trabalhar para que essa lógica não seja reproduzida em nossas fileiras em nenhuma instância, das bases até as direções.

131. Dessa forma, devemos trabalhar para aproximar todas as mulheres e dissidentes de gênero da classe trabalhadora (as que já compõem a UC e as que estão nas nossas franjas) dos debates da nossa classe, incentivando-as e oferecendo espaço para que participem de assembleias, ações e atividades públicas, e possam se somar à nossa unidade de ação.

132. Indicamos ainda que os espaços para crianças e pré-adolescentes nas atividades da UC não devem ser organizados como “depósitos” de crianças e pré-adolescentes. Sugerimos a organização de uma comissão para pensar atividades lúdicas que contribuam pedagogicamente para a construção do pensamento crítico e de valores revolucionários, de forma que o tempo de permanência neste espaço seja utilizado em prol da formação da consciência de classe, contribuindo para o entendimento do porquê suas mães e responsáveis lutam, e assim, no futuro, so mem-se também à luta revolucionária.

I33. No âmbito do movimento sindical, é imprescindível que nossos(as) militantes trabalhem para criar programas institucionais que promovam também a participação das mulheres nos sindicatos. Além disso, devemos construir e disputar teses que defendam os interesses das mulheres, de acordo com as especificidades de cada categoria.

134. Políticas de cotas e paridade para direções sindicais devem ser analisadas caso a caso, de acordo com as especificidades de cada categoria, pois este recurso pode ter efeitos burocratizantes em alguns contextos, dificultando que nossa própria organização conquiste as entidades, e ainda correndo o risco de gerar uma representatividade fictícia, a exemplo das disputas parlamentares. No entanto, deve fazer parte de nossa política o incentivo à implementação de cotas e paridade para superar as profundas desigualdades que ainda predominam no sindicalismo.

135. Em vez disso, a Unidade Classista se compromete a combater e reduzir as barreiras que dificultam a participação das mulheres e de pessoas dissidentes nos movimentos sindicais e populares, e investirá na formação de quadros femininos e dos grupos dissidentes para ocuparem posições de liderança e na construção de novas masculinidades sintonizadas com as lutas feministas.

136. A UC luta pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito e pelos serviços de saúde reprodutivos públicos de acesso universal. Lutamos também contra a pobreza menstrual. Faz parte das nossas bandeiras a educação sexual emancipatória, contra o patriarcado, o machismo e a cultura do estupro.

137. Posicionamo-nos firmemente contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 164/2012, que proíbe o aborto no Brasil, mesmo em casos previstos na legislação brasileira, a saber: em caso de risco de vida para a pessoa que gesta causado pela gravidez, quando a gestação é resultante de um estupro ou se o

feto for anencéfalo.

138. Defendemos e lutamos pela socialização do trabalho doméstico e que essa pauta seja debatida e construída nos espaços das lutas populares e sindicais.

#### **2.4.1 Pessoas trans no mercado de trabalho**

139. A luta das pessoas trans no mercado de trabalho é marcada por uma marginalização brutal e pela constante exclusão social, visível nos índices alarmantes de desemprego, subemprego, violência e suicídio dentro dessa população. As pessoas trans representam aproximadamente 80% das vítimas fatais dentro da população LGBT. Além disso, uma pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2024, aponta que o índice de suicídio entre pessoas trans no Brasil é três vezes maior do que a média mundial, revelando a devastadora combinação de exclusão social, exclusão no mercado de trabalho e violência estrutural. Além do alto índice de suicídio, cabe destacar que, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo pelo 17º ano consecutivo, sendo que esta posição é liderada pelo Brasil desde que os dados passaram a ser coletados.

140. Também cabe ressaltar que, ainda segundo a ANTRA, 9 em cada 10 pessoas trans e travestis no Brasil realiza algum tipo de serviço informal relacionado à sexualização e à objetificação de seus corpos como meio de subsistência. Essas condições extremas indicam que a luta por trabalho digno e a superação das barreiras impostas pelo sistema capitalista não podem ser vistas de maneira isolada, mas devem estar imersas em uma análise de classe que combata a transfobia como parte integral da opressão de gênero e da luta contra a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

141. A invisibilidade e a falta de acesso das pessoas trans ao mercado de trabalho

formal são um reflexo direto da reprodução das desigualdades estruturais no capitalismo. Dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de 2023 demonstram que a maioria das pessoas trans que ingressa no mercado de trabalho está empregada na informalidade, em setores com baixos salários e sem qualquer proteção social, o que aumenta a vulnerabilidade a outras formas de exploração e violência. Nesse contexto, essas pessoas, ao buscar alternativas de inserção, muitas vezes se veem obrigadas a recorrer à prostituição ou ao trabalho em plataformas, ocupando postos de trabalho que perpetuam sua marginalização.

142. Outro problema relativo à invisibilização da população trans e travesti é o fato de o próprio Estado brasileiro, por meio dos seus instrumentos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não realizarem o mapeamento dessa população, fato este que dificulta o planejamento de desenvolvimento e implementação de políticas públicas, como acesso ao trabalho e à saúde.

#### **2.4.2 Pessoas com deficiência no mercado de trabalho**

143. O capitalismo depende da força de trabalho, mas nem toda força de trabalho é plenamente incorporada a esse processo de exploração. Para grande parte das pessoas com deficiência, o capitalismo nega a própria oportunidade de entrar no mercado de trabalho formal, deixando-as fora da esfera da exploração direta que caracteriza o sistema de mais-valia. A negação de oportunidades de emprego é uma forma de exclusão social, que resulta em pobreza, precarização e, freqüentemente, em uma dependência de mecanismos informais de sobrevivência. Essa marginalização cria um excesso de força de trabalho não aproveitado, que pode ser absorvido de formas mais precárias ou informais, o que beneficia o sistema de trabalho precário como um todo, ao manter uma parte da população em uma condição de subemprego ou ausência de emprego. Essa exploração não se dá na

forma clássica de extração de mais-valia por meio do trabalho produtivo, mas sim pela criação de uma reserva de força de trabalho que mantém a precarização como um todo.

144. As condições de vida das pessoas com deficiência, particularmente as que estão fora do mercado de trabalho formal, são alarmantes. De acordo com dados do IBGE (2024), a taxa de desemprego para pessoas com deficiência é quatro vezes maior do que para a população geral, e a maioria das pessoas com deficiência se encontra em empregos informais, precários e mal remunerados. As estatísticas de violência contra pessoas com deficiência também são extremamente preocupantes. Um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2023, indicou que as pessoas com deficiência enfrentam taxas de violência física, psicológica e sexual até três vezes maiores do que as pessoas sem deficiência. Esse cenário é intensificado pela falta de acessibilidade nos espaços de trabalho e pela ausência de uma legislação eficaz que garanta, na prática, o cumprimento das cotas e a adaptação dos postos de trabalho para essas pessoas.

145. Nesse sentido, precisamos agir para aproximar dos debates e das lutas classistas as pessoas trans e as pessoas com deficiência, além de aproximar nossos militantes da realidade concreta dessa parcela da classe trabalhadora, que enfrenta uma lógica de exploração capitalista com características específicas e profundamente violentas. A Unidade Classista precisa ampliar seu conhecimento a respeito da materialidade das condições de vida e trabalho das pessoas com deficiência, ampliando e especializando, dessa forma, suas ações e mobilizações junto à classe trabalhadora.

#### **2.5 A nova fase neoliberal e o capitalismo de plataforma**

146. Apesar do uso comum do termo uberrização para expressar atividades atraídas pelas plataformas, entende-

mos que o termo plataformização é mais abrangente e correto para determinar esta nova fase do neoliberalismo e as consequências sobre a vida dos(as) trabalhadores(as), sendo a uberização uma das expressões da plataformização que se manifesta das mais diferentes formas em outros ambientes de trabalho – que não apenas no caso dos aplicativos de transporte.

147. No que tange às contradições do universo de trabalhos dos aplicativos de transporte e ao avanço do processo de exploração do capital sobre os trabalhadores(as) uberizados(as), em 2024, foi assinado pelo Governo Lula, o Projeto de Lei (PL) que regulamenta o trabalho dos motoristas de aplicativos de carro. Esse PL dos Apps tem origem patronal, sendo praticamente uma cópia do chamado Prop 22, que foi a proposta de legislação que a Uber construiu e fez aprovar em um plebiscito na Califórnia. Esta aprovação aconteceu em 2020, depois de uma campanha que custou cerca de R\$1 bilhão para as empresas.

148. A análise do PL, dentre outras questões, sinaliza que não existe autonomia do(a) trabalhador(a) como a propaganda anunciada pelo PL. O artigo 5º do projeto, por exemplo, é a formalização da fraude trabalhista legalizada, pois permite às empresas de plataformas de aplicativos de transporte de passageiros exercer o controle total sobre a atividade do motorista, descaracterizando a relação de emprego.

149. Conforme apontado anteriormente neste documento, defendemos a regulamentação deste trabalho e a garantia de direitos aos(as) trabalhadores(as) por aplicativos, mas que tal regulamentação

seja balizada pelos interesses da classe trabalhadora e não pelo patronato.

150. Logo no início do século XXI, sentiam-se os efeitos de um mundo do trabalho que se alterava rapidamente. A terceirização, a fragmentação e a introdução da robótica se tornaram cada vez mais a nova cara do capital.

151. O que presenciamos, atualmente, é uma série de mudanças que poderíamos, grosso modo, exemplificar como: intensificação da substituição do trabalhador pela tecnologia, aumento do desemprego, a concentração da atividade industrial na Ásia (China, Índia, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã), a fragmentação da classe trabalhadora com soluções individuais no mundo do trabalho. Nessas condições, os sindicatos e sua forma de organização foram duramente atacados e extremamente afetados.

## **Os ataques ideológicos da burguesia induzem trabalhadores(as) a escolherem essa modalidade, que reduz os seus direitos**

152. Cresce o investimento em capital constante na forma de tecnologia, cujas plataformas se tornam o modelo de um capitalismo que se transforma aceleradamente e cria, desse modo, um novo cenário em que o(a) trabalhador(a) se distancia da produção direta em seu campo de atuação. Junto a isso, mudanças na legislação são implementadas para facilitar a entrada do(a) trabalhador(a) na informalidade, como por exemplo o MEI e os contratos de PJ. Os ataques ideológicos da burguesia induzem trabalhadores(as) a escolherem essa modalidade, que reduz os seus direitos e dificulta a sindicalização/organização.

153. Com a utilização das plataformas ou do teletrabalho, o(a) trabalhador(a), em muitas de suas atividades, realiza suas tarefas, isolado(a), atrás de telas e sem direitos trabalhistas. Cresce a precarização das condições de trabalho, além desse(a)

profissional ser descolado(a) do convívio do conjunto de sua categoria.

154. Considerando a divisão da classe trabalhadora, o impacto dessas transformações repercute diretamente no cotidiano e nas estratégias de sobrevivência dos indivíduos. A plataformação do trabalho torna o capitalista, na prática, um “patrão invisível” despersonalizado, cujo controle do trabalho é exercido pelos algoritmos da plataforma digital à qual o trabalhador platformizado se vincula. O segmento dos(as) trabalhadores(as) de plataformas é fortemente marcado pela ofensiva ideológica neoliberal, que tenta descaracterizar esses(as) trabalhadores(as) como trabalhadores(as), gerando ou reforçando, em alguns(mas) desses(as) profissionais, expectativas de sucesso como “empreendedores(as)”.

155. É muito importante entrar nesse embate ideológico, além da luta por direitos trabalhistas – como férias e descanso semanal remunerado – a apoios, como acesso a oficinas a preço de custo e pontos de apoio para descanso e refeições. Quanto ao teletrabalho, importante lutar para a revisão dessa forma de trabalho, incluída na recente reforma trabalhista, que tende a alongar a jornada e a intensidade do trabalho, além de possibilitar as práticas de assédio moral – ou mesmo sexual.

156. Esta nova forma de se organizar a produção impõe, assim, uma maneira diferenciada de se entender enquanto trabalhador(a), bem como este de se por no mundo. Esse(a) trabalhador(a) platformizado(a) é induzido(a) a se enxergar como autônomo(a), como “empreendedor(a) de si mesmo”.

157. A plataformação abarca, além do espaço estritamente produtivo, a inteira vida cotidiana. Em certa medida, mesmo no tempo livre, sem estarmos submetidos(as) a uma relação de trabalho, quando operamos com diversos aplicativos, passamos por processos de expropriação e exploração. Não há aplicativo “seguro”,

todos operam nesta economia de dados. O capital, nesta fase do desenvolvimento, aproveita inteiramente o tempo de vida do trabalhador e da trabalhadora. Temos aqui uma imbricação entre extração de mais-valia absoluta e relativa.

158. Esta mistificação neoliberal induz o(a) trabalhador(a) platformizado(a) a se considerar como autorreferenciado(a), se enxergando como empreendedor(a) e não mais como trabalhador(a), aprofundando as expressões da alienação no plano da consciência e tem o objetivo de fazer com que o(a) trabalhador(a) não reconheça o sindicato como uma ferramenta ao seu favor. Por isso, equivocadamente o ignora, ou, em casos mais extremos, o hostiliza. Ao mesmo tempo, a cultura de organização de alguns sindicatos, que ainda seguem os moldes fordistas antiquados e não se adaptaram a essa nova realidade do trabalho, dificulta a sindicalização daqueles(as) trabalhadores(as) que não caem nessa mistificação.

159. Acompanhamos estes(as) trabalhadores se tornarem reféns de soluções individuais e, por isso, levados(as) a um frenético clima de concorrência entre si. Não se veem mais como pertencentes a uma classe, mas sim como empreendedores(as) que têm em seu “negócio” a única possibilidade de sobrevivência.

160. A sua habilidade, cada vez mais instrumental e adquirida superficialmente, é vista como o seu capital. Afirma-se, aí, a sua condição de “capital humano” difundida pelos aparelhos de hegemonia da classe dominante. Não é de surpreender, portanto, que a educação ganhe relevância não como condição para emancipação do indivíduo, mas sim como mecanismo de submissão deste à lógica do capital. O capital impõe à classe trabalhadora uma educação cada vez mais tecnicista, instrumentalizada, superficial e reproduzivista.

161. No neoliberalismo, se somam a redução da participação direta do trabalho na

produção de mercadoria, o aumento dos desempregados, a crescente pobreza e a horizontalização do método de produção. É importante salientar que esses males que afligem trabalhadores(as) plataformizados(as) também atingem trabalhadores(as) com contratos de serviço por meio de CNPJ, o que é chamado de pejotização. Estes(as) trabalhadores(as) mantêm a subordinação com o(a) empregador(a), mas sem seus direitos garantidos pela CLT. A organização de trabalho por plataformação é um novo estágio da política neoliberal de pejotização, que já ocorria.

162. O desenvolvimento tecnológico tem substituído os/as trabalhadores/as pela máquina, gradualmente deslocando-os(as) para a esfera da circulação. Esse processo provoca a piora das condições de trabalho dos(as) que permanecem na produção; e paulatinamente intensifica as tensões e contradições de classe na vida na cidade.

163. Diante do conjunto das transformações que o mundo do trabalho tem sofrido, percebemos que a forma de organização da estrutura sindical existente, duramente atacada pela reforma trabalhista, enfrenta crescentes desafios, como a reestruturação das suas formas de organização e estrutura (como os sindicatos por ramo de produção), junto à necessidade de uma estratégia socialista para atender aos objetivos de defesa dos interesses de classe.

164. Podemos perceber que, entre a diversidade, socialmente combinada, de situações de emprego da força de trabalho pelo capital, há, grosso modo, três perfis de trabalhadores(as): o(a) trabalhador(a) que ainda vivencia uma relação de trabalho com subordinação clara e vínculo trabalhista formal; o(a) trabalhador(a) submetido(a) ao capitalismo de plataforma; e o(a) trabalhador(a) pejotizado(a), que transita entre esses dois outros tipos. Portanto, caso queiramos universalizar a sindicalização e a consciência de classe, a abordagem para a resolução do problema deve necessariamente levar em conta

esta realidade.

165. É necessário repensar a reestruturação desse mediador político, de modo que abarque o conjunto das formas de expropriação e emprego da força de trabalho pelo capital, como, por exemplo, também, o novo tipo de trabalhador(a) que se considera autorreferenciado(a) no empreendedorismo.

166. O teletrabalho é a atividade profissional entre patrono(oa) e empregado(a), onde o(a) trabalhador(a) recebe a demanda do trabalho do(a) empregador(a) e o realiza em um lugar diferente daquele que sedia a empresa ou o negócio, e que não seja trabalho móvel. No auge da pandemia, o Brasil chegou a ter 8,6 milhões de trabalhadores(as) em Home Office.

167. A Unidade Classista deve fazer uma análise histórica material em cada categoria, entendendo suas demandas e exigências sobre o trabalho, bem como as consequências deletérias para a luta sindical, para os(as) trabalhadores(as) e as contradições para o próprio capital. Compreendendo que, em categorias específicas, o teletrabalho traz aparentes melhorias, devemos lutar pela melhoria na condição geral de trabalho.

## **2.5.1 Organização sindical para o(a) trabalhador(a) registrado(a) (celetista ou estatutário(a))**

168. Geralmente, encontramos este tipo de trabalhador(a) atuando de acordo com a tradicional divisão por categoria; e o sindicato ainda é uma referência, ainda que, na maioria dos casos, responda apenas parcialmente às suas demandas. Por que essa estrutura atende parcialmente?

169. Um dos mais importantes motivos é que, mesmo estando integrado ao modelo de CLT e/ou sendo servidor público, a terceirização tem levado ao fracionamento dos(as) trabalhadores(as) dentro do local de trabalho. Ou seja, grupos de empregados(as) de uma mesma empresa que, devido a suas atividades não corres-

ponderem à mesma categoria, em decorrência da terceirização, não se encontram representados(as) pelo mesmo sindicato.

170. A estrutura sindical brasileira, baseada em sindicatos por categorias profissionais, pulverizadas em milhares de entidades, acentuando o corporativismo, o carreirismo e o oportunismo, deseduca os(as) trabalhadores(as) e dificulta o desenvolvimento da consciência de classe.

171. Para esse tipo de realidade, o sindicato tradicional que se organiza por categoria não atende mais plenamente, às necessidades. Nesse caso, o caminho seria a organização sindical por ramo de atividade econômica.

172. Com essa alternativa, todos(as) os(as) trabalhadores(as) que atuassem em um determinado grupo de empresas estariam organizados(as) pelo ramo de atividade que elas operassem. Desse modo, a base sindical se ampliaria e se organizaria também por ramo, revigorando e oxigenando, assim, o trabalho político.

### **2.5.2 Organização sindical para os(as) trabalhadores(as) de plataformas digitais**

173. É fundamental reconhecer que, hoje, o principal nó da organização sindical não se dá com os(as) trabalhadores(as) que se encontram submetidos(as) às relações tradicionais de empregabilidade, mas sim aqueles(as) que se entendem como empreendedores(as) e sujeitos(as) às plataformas.

174. A primeira característica destes(as) trabalhadores(as) que se pensam empreendedores(as) é a ilusão ideológica de se acreditarem autônomos(as) ou de se identificarem como empreendedores(as) – ilusão esta, induzida, por um lado, pelos novos mecanismos de ocultação da relação de subordinação destes(as) trabalhadores(as) aos(as) capitalistas que exploram a sua força de trabalho, e, por outro, por um forte trabalho de conven-

cimento ideológico realizado pela classe dominante. São trabalhadores(as) que disputam o mercado consumidor de seus serviços ou produtos tendo o tempo se constituindo como o principal elemento agregador de vantagem. Então, como já foi dito, o individualismo de suas tarefas os(as) coloca em concorrência permanente com seus pares e dificulta ainda mais a percepção da exploração do seu trabalho e da luta de classes.

175. Ainda que os(as) trabalhadores(as) mediados(as) por plataformas compartilhem a precarização das condições de trabalho e a falta de vínculo empregatício, a visão de algumas categorias que são mediadas por plataformas, principalmente a dos(as) entregadores(as) por aplicativo, pode ser distinta da visão comum de empreendedorismo. Estes(as) nem sempre se veem como empreendedores(as) e percebem, na sua condição de trabalho, a exploração e a precarização. Diferente de outros setores, os(as) entregadores(as) tendem a perceber a plataforma como mais uma forma de intensificar a exploração (principalmente aqueles(as) que não tinham seu trabalho mediado por plataformas anteriormente), sem uma real mudança nas suas condições de trabalho. Pois, além da falta de acesso a direitos trabalhistas e da baixa remuneração, os(as) entregadores(as) e, por vezes, os(as) motoristas de aplicativos, vivem no dia a dia do trabalho condições de violência e grande vulnerabilidade. Essa percepção pode ser notada a partir das mobilizações protagonizadas pelos(as) entregadores(as) em diversas partes do país.

176. Ao contrário do que observamos nas movimentações dos(as) entregadores(as) por aplicativo, outros setores podem não perceber/reconhecer a exploração e a opressão do capital de forma direta. No mesmo sentido, como tendem a não perceber/reconhecer a exploração e a opressão do capital de forma direta, podem considerar outros(as) trabalhadores(as) de sua categoria como adversários(as). Esse fenômeno pode ser

entendido a partir da análise de uma prática bastante comum realizada por estas plataformas, conhecida como “dumping”. Quando começam a operar em determinada região, as plataformas reduzem os preços para os(as) consumidores(as) e elevam a remuneração dos(as) trabalhadores(as), operando em prejuízo, com a finalidade de quebrar concorrentes e monopolizar a prestação do serviço. A remuneração artificialmente elevada atrai muitos(as) trabalhadores(as) para estas plataformas. Após controlar o seu ramo de serviços, estas plataformas redefinem a remuneração abaixo do valor de mercado da força de trabalho, visando a recuperar os prejuízos do período inicial de sua operação, o que obriga os(as) trabalhadores(as) a estender suas jornadas de trabalho, para manter a média de remuneração antes percebida.

177. O referido processo, que envolve também elaboração ideológica, ofusca a relação capital x trabalho existente entre estes(as) trabalhadores(as) e as plataformas às quais estão vinculados(as). São indicadores de uma relação de exploração distinta do(a) trabalhador(a) tradicional, cujo(a) patrão(oa) é mais facilmente percebido(a). O(a) trabalhador(a) submetido(a) a essas formas contemporâneas de exploração terá maior dificuldade de engajar-se coletivamente na luta de classes, por meio dos sindicatos.

178. Orientado(a) pela ideologia neoliberal, o(a) trabalhador(a) de plataforma crê que, ao serem estabelecidas regras que, porventura, limitem as horas de trabalho ou estabeleçam pausas de descanso, tal qual as relações contratuais que regem os(as) demais trabalhadores(as), seu potencial de concorrência será violentado e, em vez de proteção contra a ex-

ploração, será prejudicado(a).

179. Mas, apesar disso tudo, ele(a) necessita de proteção para que a disputa no mercado não o exclua de vez das possibilidades mínimas de sobrevivência. Suas condições de trabalho, desse modo, devem também ser consideradas para que ele possa atuar. Mas, individualmente, ele(a) se vê extremamente fragilizado(a).

180. Além do exposto até aqui, é necessário levar em consideração que, para a justiça burguesa, os(as) trabalhadores(as) de plataforma não possuem vínculo empregatício formal com as plataformas para as quais trabalharam. Em alguns casos, são reconhecidos vínculos empregatícios entre estes(as) trabalhadores(as) e empresas terceirizadas, que atuam como mediadoras entre a plataforma e os(as) trabalhadores(as), e têm como finalidade garantir que existam trabalhadores(as) sempre à disposição da plataforma.

Diante desta realidade, para organizar este tipo de trabalhadores(as), precisamos entender “sindicato” como mediador de uma relação social concreta, para além das limitações impostas pela legislação burguesa, sob pena de limitar a atuação destes sindicatos aos conflitos entre estes(as) trabalhadores(as) e as empresas mediadoras, mantendo intocáveis as plataformas. Sendo assim, não podemos descartar a organização de associações, como forma inicial para a organização dos(as) trabalhadores(as) de plataforma. Os sindicatos para este tipo de trabalhador(a) devem lutar para regulamentar a relação da força de trabalho versus plataforma (capital), a partir dos anseios destes(as) trabalhadores(as), principalmente levando em consideração a flexi-

bilidade do início e do final das jornadas de trabalho, mas mantendo a reivindicação que todos os direitos trabalhistas estabelecidos pela CLT lhes sejam garantidos. Para isso, a Unidade Classista deve estabelecer uma relação mais dinâmica, presente, comunicativa e formativa com estes(as) trabalhadores(as), buscando desenvolver na categoria a urgência da luta sindical organizada.

181. Cabe aos(as) comunistas denunciar algo que é muito claramente percebido pelos(as) trabalhadores(as) de plataformas: o percentual desviado, diretamente para a plataforma, de cada ganho em corrida/tarefa realizada. Esse percentual expressa objetivamente a mais-valia expropriada desses(as) trabalhadores(as). Lutar para reduzi-lo com o horizonte de aboli-lo é, portanto, uma forma tática mais eficiente para dialogar com estes(as) trabalhadores(as), além de servir como meio de disputa ideológica e de formação teórica.



36

### **2.5.3 Organização sindical para trabalhadores(as) informais e a “pejotização”**

182. De acordo com o IBGE, 38% dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) estavam no setor informal em 2024. O setor informal é composto por unidades econômicas que geram renda e ocupação, mas com baixo nível de organização, que não têm vínculo empregatício, carteira assinada ou contrato, como vendedores(as) sem CNPJ, autônomos(as) sem CNPJ, empregados(as) sem carteira assinada e empregados(as) domésticos(as) sem carteira assinada.

183. A organização sindical para os(as) trabalhadores(as) informais, que atuam de forma autônoma e por demanda, sem vínculo empregatício direto e sem mediação de plataformas, deve ser estruturada de maneira a garantir a defesa de seus direitos. Esses(as) trabalhadores(as) enfrentam a precarização em suas relações de trabalho e necessitam de uma organização que lute pela garantia de direitos e

segurança que os(as) trabalhadores(as) registrados(as) teoricamente já possuem, como a jornada de trabalho.

184. Ao contrário dos(as) trabalhadores(as) de plataformas, que são subordinados(as) a empresas – mesmo sem vínculo claro – os(as) trabalhadores(as) informais têm uma relação mais fluida e temporária com seus(suas) contratantes, como é o caso, muitas vezes, de quem atua como manicure, pedreiro, jardineiro, costureiro, que não são contratados(as) por empresas, mas por pessoas/clientes que compram aquele determinado serviço em um espaço de tempo. Porém, sua exploração é igualmente ligada à lógica do capital, e sua organização sindical deve abordar e enfrentar a falta de formalidade e a precarização. Assim, dentro do ramo de atividade, os(as) trabalhadores(as) informais podem ser organizados(as) por categorias de trabalho que compartilham condições semelhantes, como a falta de garantias trabalhistas, a intermitência do trabalho e a dependência de intermediários(as) (empregadores(as) ou clientes).

185. Por outro lado, existe um grupo de trabalhadores(as) que, embora não sejam informais no sentido estrito, também enfrentam uma precarização similar à dos informais: os(as) trabalhadores(as) que são contratados(as) por empresas, mas sem vínculo formal de emprego, como é o caso de profissionais que se veem obrigados(as) a abrir um CNPJ para atuar, como designers, jornalistas, técnicos, entre outros. Esses(as) trabalhadores(as), muitas vezes conhecidos(as) como “pj” (pessoa jurídica), não têm direitos trabalhistas garantidos pela CLT, como férias, 13º salário ou jornada de trabalho fixa, apesar de manterem uma relação clara de subordinação e dependência com os(as) contratantes, o que configura uma espécie de “pejotização”. A organização sindical desses(as) trabalhadores(as) deve ser construída com o objetivo de garantir seus direitos, reconhecendo sua subordinação econômica, mas buscando formas de regularizar e formalizar essas relações, sem abrir mão da proteção dos direitos

trabalhistas.

186. Assim, a organização sindical para esses(as) trabalhadores(as) deve envolver um entendimento da precarização laboral contemporânea, onde tanto os(as) informais quanto os(as) “pj” compartilham uma realidade de exploração e falta de direitos. A proposta de organização por ramo de atividade pode ser crucial para unir esses(as) trabalhadores(as) em torno de uma luta comum, que busque garantir os direitos fundamentais, melhorar as condições de trabalho e combater as formas de subordinação que ainda persistem, mesmo fora dos moldes tradicionais de vínculo empregatício, seguido pela reforma previdenciária aprovada em 2019.

2.6 Nossa papel na reorganização da classe trabalhadora brasileira.

187. Nos últimos meses de 2017, sofremos com a maior retirada de direitos trabalhistas e sociais da história brasileira, seguida pela contrarreforma previdenciária, aprovada em 2019. A intensificação da exploração e da opressão à classe trabalhadora foi regulamentada. A operação política golpista da burguesia foi cumprida com total eficácia pelo governo golpista de Michel Temer.

188. A contrarreforma trabalhista aprovada durante o governo golpista de Michel Temer, em 2017, portanto, expressa as atuais condições impostas pela atualidade do capitalismo, em que o(a) trabalhador(a) é levado(a) a perder a identificação da sua condição de sujeito coletivo para se assumir enquanto trabalhador(a) individual.

189. Por outro lado, as lutas de resistência dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, das águas e da floresta, não foram capazes de barrar as contrarreformas. Para entendermos as razões que nos levaram à tão acachapante derrota e à atual desorganização da classe trabalhadora brasileira, devemos compreender os principais fatores que as determinaram.

190. Como já abordamos anteriormente,

a maioria esmagadora das centrais sindicais brasileiras concilia com os patrões e apassiva ideologicamente os(as) trabalhadores(as). Infelizmente, não foi nenhuma novidade para os(as) militantes comunistas que estas centrais, durante o governo golpista de Michel Temer, fizessem um jogo de cena, por meio do “fórum das centrais”, enquanto negociavam com a burguesia e seus(suas) representantes a retirada dos direitos, em troca da manutenção de privilégios, de mecanismos de financiamento estatal ao sindicalismo cartorial e ao peleguismo.

191. Além disso, os setores classistas do sindicalismo brasileiro, desde o seu necessário rompimento com a CUT (sendo que esta, desde meados dos anos 1990, começa a degeneração e se entrega ao sindicalismo de resultados), encontram-se ainda desarticulados e isolados. Quanto mais atomizados(as) e divididos(as) estiverem os(as) trabalhadores(as) e suas legítimas lideranças, maiores oportunidades terão os(as) patrões(as) para golpear contra e derrotar a classe trabalhadora.

192. Por isso, nossa política deve ser orientada no sentido da reorganização do sindicalismo classista. Quanto maior for a nossa inserção junto às categorias estratégicas, ou seja, aquelas ligadas à produção da mais valia e à circulação de mercadorias e da força de trabalho, melhores condições teremos para realizar esta tarefa.

193. A organização sindical que defendemos implica uma profunda e radical avaliação da estrutura sindical existente e de seus limites. Lutar pela constituição de sindicatos por ramo de produção – mantendo viva a defesa da unicidade sindical – é a maneira mais eficaz de romper com os limites impostos pela legislação e de construir a unidade da classe trabalhadora no quadro de fragmentação imposto pelo capital.

194. Neste sentido, a UC discorda e encara com grande preocupação a proposta, em discussão em setores do movimento

sindical, de substituir o conceito de “ramo de produção” pelo conceito de “macrosetor”, o que dilui a concepção classista de sindicato como instrumento da luta de classes e, na prática, transforma o critério de organização sindical para a atividade prática do(a) trabalhador(a).

195. Outra vertente importante de nossa ação é o trabalho no campo. A estrutura fundiária brasileira é uma das mais concentradas do mundo capitalista industrializado. No Brasil, o capitalismo avançou, de forma avassaladora, no campo no decorrer dos últimos 30 anos, transformando grande parte dos latifúndios em produtores de commodities, em sua maioria voltadas para a exportação – é o caso da soja, da cana-de-açúcar, da laranja, entre outros – transformando o assalariamento em elemento principal nas relações de trabalho no campo, o que não exclui a importância da proposta da reforma agrária e da limitação do tamanho da propriedade rural. Também é importante a defesa de outras alternativas de reforma agrária e de garantia dos territórios das populações originárias e tradicionais, como a realizada quando da criação das reservas extrativistas e na demarcação de terras indígenas, aproveitando a riqueza do ecossistema para melhorar a vida da população – e não de destruição, como prega o capitalismo. Repetir o modelo de reforma agrária já realizado nos países capitalistas é fugir da luta pela transformação social e oferecer mais do mesmo; precisamos de um olhar diferenciado, que supere o sistema capitalista – não que recorra a este.

196. Entretanto, não devemos considerar a reforma agrária apenas pelo lado economicista, mas principalmente pelo seu teor social e ambiental – que influencia e impacta diretamente a vida no campo, na cidade, nas águas e na floresta, com o crescimento do êxodo rural e das favelas nas áreas metropolitanas, respectivamente; e a destruição do meio ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais vitais para a nossa sobrevivência e para os demais seres vivos do planeta. Outro

elemento importante é o poder político, pois a reforma agrária implica no enfraquecimento considerável das burguesias agrárias/fundiárias.

197. Considerando que a maior parte da população brasileira vive nos centros urbanos (em torno de 80%), é preciso desenvolver melhor a parte das lutas urbanas, que vão além da luta sindical. Desse modo, devemos trazer à tona a luta por moradia, por mobilidade urbana, por saneamento, por saúde, por segurança etc. Lutas estas que estão presentes no cotidiano dos(as) citadinos(as).

198. As relações capitalistas de produção hegemonizaram a agropecuária brasileira. A grande empresa capitalista passou a dominar a produção, subordinou todos os outros segmentos à lógica do capital, e o agronegócio consolidou uma típica burguesia capitalista. Mais ainda, o crescimento das cidades e das grandes propriedades agroindustriais fez com que caísse muito o número de propriedades de pequeno porte no entorno das cidades – os chamados “cinturões verdes”, que abastecem as populações urbanas.

199. Este quadro deixa clara a dificuldade crescente de realização da reforma agrária nos moldes de ocupações de propriedades pelos(as) trabalhadores(as) sem-terra, ainda que haja diversas fazendas onde estas operações ainda são possíveis.

200. Nessa conjuntura, o centro da nossa tática no campo deve se voltar para a organização dos(as) trabalhadores(as) rurais e das populações tradicionais e originárias. Nosso trabalho deve ser orientado no sentido de buscar inserção junto a esses(as) trabalhadores(as), combinando a organização e mobilização dos sindicatos rurais com a luta popular nos territórios, de forma a construirmos, na prática, a unidade do proletariado urbano e rural no terreno da luta de classes.

201. Para o conjunto do movimento sindical, lutamos pela democracia nas suas instâncias e pelo fortalecimento das or-

ganizações de base no combate ao divisionismo, contra a negação da luta de classes e contra o reformismo no sindicalismo brasileiro. Para isso, devemos atuar em duas frentes: na construção e consolidação da Federação Sindical Mundial (FSM) no Brasil; e na busca da construção de uma Frente Sindical Classista ou outro fórum equivalente, que unifique o conjunto das forças políticas e sindicais que se colocam contra a colaboração de classes.

202. Atuando de forma coordenada, em níveis estaduais e nacional, devemos operar para ganhar influência suficiente para que a nossa proposta de construção e enraizamento da Federação Sindical Mundial – FSM se fortaleça e tenha maior repercussão no interior do movimento sindical e operário brasileiro. Nesse sentido, devemos estreitar diálogos com os demais setores que atuam na FSM no Brasil, buscando ampliar a penetração política da FSM na estrutura política e organizativa sindical brasileira.

203. Por outro lado, devemos persistir na busca de unidade de ação e política dos segmentos classistas do movimento sindical brasileiro. Nossa proposta de realização do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), que defina um programa unitário de enfrentamento ao capital e que avance na unidade do movimento sindical classista, está cada vez mais na ordem do dia.

204. Para isso, é fundamental um planejamento científico, no sentido de potencializar o trabalho já existente e estruturar nossa reinserção nos polos mais dinâmicos da classe operária, especialmente nos setores mais modernos da economia brasileira. O centro do trabalho deve ser realizado nas principais regiões em que a classe operária vive e trabalha, cabendo à Coordenação Nacional da Unidade Classista, por meio de estudos e planejamento central, orientar as Coordenações Estaduais na construção de mapeamentos e planos de ação de como chegar ao proletariado dos setores estratégicos em suas regiões.

205. Algumas experiências de organização sindical foram buscadas nos últimos anos. Faremos um parêntese para analisar criticamente uma experiência organizativa relativamente disseminada pós-1988: a proporcionalidade na eleição sindical.

## **2.7 Proporcionalidade nas eleições sindicais: um balanço crítico**

### **2.7.1 O contexto histórico**

206. Para fazermos um balanço da experiência de proporcionalidade nas eleições sindicais no Brasil, é fundamental situarmos e entendermos o contexto histórico no qual surge esta modalidade estatutária no movimento sindical brasileiro. Lembremo-nos de que, até a promulgação da Constituição de 1988, os sindicatos eram legalmente subordinados ao Ministério do Trabalho, eram obrigados a seguir um “estatuto-padrão” e os(as) funcionários(as) públicos(as) não tinham direito à sindicalização: a autonomia sindical e o direito à sindicalização dos(as) funcionários(as) públicos(as) foram conquistados na Constituinte.

207. Foi, fundamentalmente no sindicalismo dos(as) funcionários(as) públicos(as), que a proporcionalidade nas eleições sindicais se disseminou. Isso também se deve ao contexto histórico do fim da década de 1980: buscando garantir a participação do conjunto das forças políticas da esquerda na construção do nascente sindicalismo do setor público, e, simultaneamente, explicitar na disputa das eleições sindicais as diversas concepções políticas atuantes no movimento, muitos sindicatos recém-criados no serviço público incluíram em seus estatutos a proporcionalidade na eleição sindical. Lembremo-nos também de que este período foi o de maior crescimento da CUT no movimento sindical, e que a proporcionalidade é um elemento central na cultura cutista.

208. Passados quase quarenta anos da promulgação da Constituição de 1988 e da experiência de eleições sindicais com proporcionalidade, está mais do que na hora da Unidade Classista fazer um balanço desta experiência.

### **2.7.2 Proporcionalidade na eleição sindical: poucas soluções e muitos problemas**

209. Inegavelmente, a proporcionalidade na eleição sindical tem um mérito: evita a exclusão completa de grupos e forças político-sindicais da entidade sindical. Entretanto, a quantidade e a gravidade dos problemas que esta proporcionalidade traz se mostram muito maiores e mais importantes do que este aspecto positivo. Vamos então examinar quais são estes problemas.

### **2.7.3 A direção sindical não tem um programa unitário**



**40**

210. Este é talvez o principal problema de uma diretoria de entidade sindical eleita diretamente pela categoria em proporcionalidade: a direção eleita não tem UM programa, pois cada chapa tem o seu. O resultado se constata na prática da gestão destas entidades: tudo é uma eterna disputa (“a eleição nunca acaba”), o que leva a entidade a vivenciar prioritariamente sua disputa política interna, desgastando energias que deveriam estar voltadas para organizar a luta contra a exploração patronal.

211. Este problema fica ainda mais acirrado quando as chapas concorrentes têm concepções políticas e sindicais não apenas divergentes, mas antagônicas. Só para citar um exemplo hipotético, imaginemos uma eleição sindical, com proporcionalidade, disputada por chapas da UC, da CUT, da CTB, da CSP Conlutas, da Força Sindical e bolsonarista, na qual todas as chapas alcançam o mínimo necessário para indicar diretores(as) e nenhuma tem maioria clara: o sindicato pode ficar paralisado pela disputa interna por todo o mandato desta direção eleita.

212. Ressalvamos que, em entidades de grau superior, cuja eleição da direção ocorreu em um Congresso, este problema tende a se reduzir, pois o programa da Diretoria eleita é o programa aprovado no Congresso da entidade.

### **2.7.4 Fortalece a tendência a autoconstrução de minorias e desestimula a busca da unidade**

213. Num regime de “parlamentarismo sindical” como é o da proporcionalidade, a tendência é que as diversas forças políticas que atuam na categoria utilizem o espaço da eleição sindical para se fortalecerem enquanto correntes, secundarizando a construção de programa unitário mais amplo – até porque, como apontado no item anterior, pode não haver programa da Diretoria eleita no sindicato de base que adota a proporcionalidade.

214. Ou seja, cada corrente sindical tende a priorizar a ocupação de espaço na máquina sindical por meio de sua votação proporcional. Mais uma vez, além de privilegiar a autoconstrução das minorias, torna a gestão da entidade uma eterna disputa por posições no aparato.

### **2.7.5 Candidato que “participa mas não entra”**

215. Numa eleição sindical com proporcionalidade, o mais provável de acontecer é que nenhuma chapa concorrente consiga ocupar a totalidade dos cargos em disputa. Como a maioria das entidades sindicais exige uma quantidade mínima de membros da chapa para que ela possa ser inscrita, a consequência é que muito provavelmente vários(as) candidatos(as) inscritos(as) em uma chapa não serão eleitos(as) para a Diretoria do sindicato, mesmo que esta chapa seja a mais votada.

216. Aqui já aparece uma questão fundamental: muitos(as) candidatos(as) de todas as chapas concorrentes não entrarão na diretoria do sindicato. Ora, isso pra-

ticamente inviabiliza a adoção do regime de proporcionalidade sindical nos sindicatos que representam os(as) trabalhadores(as) do setor privado: sabemos que, em muitos casos, o(a) trabalhador(a) de empresa privada que concorre a uma eleição sindical e não é eleito(a) para a direção, é demitido(a) logo após a eleição.

217. Ora, uma coisa é o(a) militante sindical de uma empresa privada assumir o risco de ser demitido(a) caso sua chapa perca a eleição; outra coisa, muito diferente, é o(a) trabalhador(a) da empresa privada entrar numa chapa sindical já sabendo que estará fora da direção sindical, mesmo que sua chapa seja a mais votada.

218. Na prática, a adoção da proporcionalidade na eleição sindical para os(as) trabalhadores(as) do setor privado produz o efeito contrário ao que pretende, pois tende a “queimar” militantes e expô-los(as) à sanha punitiva da patronal, reduzindo, na prática, o espectro político representado na direção sindical; ou, por outro lado, nas categorias onde há empresas públicas e privadas, as chapas das forças minoritárias inscreverão prioritariamente trabalhadores das empresas estatais, o que, no fim das contas, também reduz a representatividade da direção eleita.

219. Não é à toa que a proporcionalidade na eleição sindical, que nasceu no sindicalismo do funcionalismo público, até hoje se mantém restrita a este segmento da classe trabalhadora.

## **2.7.6 A posição da Unidade Classista quanto à proporcionalidade nas eleições sindicais**

220. Apesar de, pela argumentação anterior, ficar claro nosso posicionamento contrário à adoção da proporcionalidade nas eleições das diretorias de sindicatos (com eleição direta pela base da categoria), temos também a clareza que devemos tratar esta questão com cuidado e sensibilidade, particularmente no sindicalismo do setor público, que já nasceu há quarenta anos com essa formatação.

221. Assim, o Terceiro Congresso da Unidade Classista decide que, em relação à proporcionalidade nas eleições sindicais:

I. seremos contrários a qualquer proposta de mudança de estatuto que busque adotar a proporcionalidade em sindicato que até hoje adota o modelo de majoritariiedade na eleição sindical;

II. nos sindicatos do serviço público que já adotam a proporcionalidade desde a sua fundação, devemos iniciar um processo de debate político junto à categoria, sem pressa, sem açodamento e sem prazo predefinido, buscando apontar nossas críticas ao modelo de proporcionalidade na eleição da entidade sindical de base;

III. seremos favoráveis à proporcionalidade nas federações e confederações que elejam suas diretorias em Congresso.

222. Apesar de definirmos a posição favorável à majoritariiedade, não deixaremos de participar de processos eleitorais em que a regra seja a proporcionalidade.



# PÃO, TRABALHO, TERRA E MORADIA!



## **Capítulo 5: Movimento sindical e movimentos populares**

372. O movimento sindical de natureza revolucionária, em sua ação como sindicalismo de resistência, tem um desafio histórico de manter a firmeza ideológica e desenvolver uma tática de médio e longo prazos para atingir seus objetivos estratégicos, mudar as formas de produção para transformar as relações sociais e avançar rumo ao socialismo. Nesse bojo, cabe abrir um novo caminho com os movimentos sociais.

373. Quando apontamos a necessidade de abrir um novo caminho diante dos movimentos sociais, precisamos lembrar que “movimentos sociais” é um termo conceitual amplo e diverso, entendendo que vários dos autodenominados movimentos sociais são, na verdade, expressões de cooptação liberal da classe trabalhadora (por exemplo, aqueles “movimentos sociais” que apostam na perspectiva do empreendedorismo e do “empoderamento” individual); com a fascistização da sociedade, existem até movimentos sociais de extrema-direita. Por isso, caracterizamos que é importante estabelecermos contato com Movimentos Populares, ligados aos interesses da classe trabalhadora.

374. Os movimentos de luta por emprego e renda, de luta por moradia, em defesa dos territórios dos povos tradicionais, quilombolas e dos povos originários, contra opressões como racismo, capacitismo, LGBTfobia, movimento de mulheres, luta antimanicomial, a luta de pessoas com deficiência, organizações culturais em comunidades e favelas e a luta pela reforma agrária são movimentos populares que convergem com a necessidade histórica de superação do modo de produção capitalista e que só podem ser realizados em sua plenitude, sob a égide do socialismo.

375. Compreendendo a possibilidade de uma construção coletiva, fortalecendo as ações dos movimentos populares junto com o acúmulo da experiência da luta

sindical organizada, é possível termos um salto de qualidade na luta concreta. Não é à toa que, diante da radicalidade dos movimentos sociais populares, principalmente os que estão pautados na reforma agrária e de luta por moradia e em defesa dos territórios, tem aumentado cada vez mais a criminalização desses movimentos e suas lideranças.

376. São formas de luta organizadas que podem trazer avanços significativos para a construção de novas saídas para superação do capitalismo e que, por muitas vezes, devido aos problemas de cunho financeiro, precisam de apoio material para manter o seu processo de luta em andamento. Isto pode também gerar problemas como a cooptação de lideranças para entidades, mandatos ou organizações políticas alheias às reais necessidades do movimento.

377. Precisamos estabelecer contato, fortalecer e organizar ações conjuntas que vão mesclar a disposição e experiência do movimento sindical e os movimentos sociais de caráter popular para derrotar o neoliberalismo e a fascistização da sociedade, superar o capitalismo e construir o socialismo.

378. Aqui, cabe salientar que nesta diretriz não estamos agora “começando do zero”. A experiência que já acumulamos, como por exemplo com a interação e ação conjunta entre a Unidade Classista, outros coletivos do PCB e a OPA (Organização Popular), é uma experiência fecunda, cujo aprendizado deve ser incorporado pelo conjunto da militância da Unidade Clasista e do PCB.



Para não  
protestar  
Para sair de  
antro e  
Façam  
por nossos  
Tudo o que  
nos diz

o termos  
os vãos,  
mos deste  
estreito,  
nos nós  
das mãos  
que a nós  
respeito. , ,

